



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

Ata n.º 14/2024

Continuação da Sessão Ordinária de 13 de DEZEMBRO - 16 de DEZEMBRO 2024

Aos dezasseis dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e quatro, pelas vinte e uma horas, na Sala da Assembleia Municipal - Edifício Eng.º Duarte Pacheco, deu-se início à Continuação da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Loulé, convocada ao abrigo do artigo trigésimo sétimo do Regimento, presidida pelo Presidente da Assembleia, Carlos Jorge dos Santos Silva Gomes, com a seguinte Lista de Presenças e Ordem de Trabalhos:

----- **Lista de Presenças:** -----

22 Deputados Municipais do PS - Carlos Jorge dos Santos Silva Gomes (Presidente da Assembleia), Fernando Pereira Marques (1º Secretário), Elisabeta Ecaterina Necker (2ª Secretaria), Maria Esteves Ferreira Lourenço, Carlos Manuel Pontes Costa, Vitor Cristiano da Piedade Ferreira, Ricardo Filipe Martins Gonçalves (em substituição de Pedro de Morais Lobo Martins Julião), Abel Filipe dos Santos Matinhos, José Miguel Almeida Monteiro, António José da Palma Clareza (em substituição de Maria João Carapeto Tavares), Márcio Alexandre Bandeira Fernandes, Ana Paula Neto Coelho dos Santos, Adriano Costa Cabrita (em substituição de João Pedro Medeira Cabrita), Marco Jorge de Freitas Matos Ferreira, José João Magalhães David, José Guerreiro Romão (em substituição do Presidente da Junta de Freguesia de Almancil), António Francisco Ferreira Martins (Presidente da Junta de Freguesia de Alte), Paulo Manuel Cavaco Nogueira (em substituição do Presidente da Junta de Freguesia do Ameixial), Nelson Joaquim Caetano Brazão (Presidente da Junta de Freguesia de Boliqueime), Telmo Manuel Machado Pinto (Presidente da Junta de Freguesia de Quarteira), Ana Margarida Guerreiro Mendes (em substituição do Presidente da Junta de Freguesia de S. Clemente), Analídio Correia da Ponte (Presidente da Junta de Freguesia de S. Sebastião); -----

7 Deputados Municipais do PSD - Hélder Faísca Guerreiro, Bruno José de Sousa



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

[Handwritten signature]
Guerreiro (em substituição de João Carlos Dias dos Santos), Márcio Alberto Morgado Pires Rodrigues, Miguel Baguinho Coelho (em substituição de Cláudia Isabel Martins Mendes), Victor Matos Coelho (em substituição de João José Paixão Carvalho Ferreira), Francisco André Pereira Rodrigues (Presidente da Junta de Freguesia de Salir), Maria Margarida Renda Correia (Presidente da União das Freguesias de Querença/Tôr/Benafim);-----

2 Deputadas Municipais do Partido CHEGA - Sandra Marisa Godinho de Oliveira e Castro, Sandra Margarida de Melo Pereira Ribeiro;-----

1 Deputado Municipal do BE - Carlos José da Silva Martins;-----

1 Deputada Municipal do CDS - Isilda Maria Mendes Guerreiro (em substituição de António José Mendes Pinto Farrajota);-----

1 Deputada Municipal da CDU - Carla Sofia Osório Gomes;-----

1 Deputada Municipal do PAN - Ana Luísa Poeta Simões;-----

A Deputada do GM do PSD, Bárbara Maria do Amaral Correia, faltou, não tendo sido substituída. -----

Também estiveram presentes o **Presidente da Câmara**, Vítor Aleixo, o Vice-Presidente, David Pimentel e os Vereadores, Abilio Sousa, Cláudio Lima (em substituição de João Paulo Sousa) e Fernando Santos. -----

Não estiveram presentes as Vereadoras, Ana Machado, Marilyn Zacarias e Rui Cristina. -----

Tendo sido verificada pela Mesa da Assembleia a existência de quórum deliberativo, o **Presidente da Assembleia Municipal**, deu início à Sessão, com a seguinte Ordem de Trabalhos:-----

----- **Ordem de Trabalhos:** -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

3- Período da Ordem do Dia;

- f) - Proposta da Câmara Municipal n.º 2113-2024 [DAF] - Projeto de Alteração do Regulamento e Tabela de Taxas e Licenças da Câmara Municipal de Loulé (aprovado pelo aviso n.º 8725/2013, publicado no Diário da República n.º 130 de 9 de julho, alterado pelos avisos n.º 4951/2015, publicado no Diário da República n.º 87 de 6 de maio de 2015) e Regulamento nº 786/2024 publicado no Diário da República n.º 140 de 22 de julho de 2014), ao abrigo do artigo 241.º, conjugado com o n.º 7 do artigo 112.º da Constituição da República Portuguesa, do artigo 136.º do Código do Procedimento Administrativo e no âmbito da competência prevista na alínea k) do n.º 1 do artigo 33.º e alínea g) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I à Lei 75/2013, de 12 de setembro na sua redação atual, e posterior discussão pública; para deliberação;
- g) - Proposta da Câmara Municipal n.º 2142-2024 [GAF] - 4ª Alteração ao Contrato Interadministrativo relativo à transferência de verbas para a Junta de Freguesia de S. Sebastião, no valor de 193.682,48€ (cento e noventa e três mil, seiscentos e oitenta e dois euros e quarenta e oito céntimos); para deliberação;
- h) - Proposta da Câmara Municipal n.º 2157-2024 [DP] - Procedimento da Adoção de Normas Provisórias (Quarteira-Nascente), no âmbito do processo de Revisão do Plano Diretor Municipal de Loulé: Aprovar o Relatório de Ponderação da discussão pública. Propor à Assembleia Municipal a aprovação do Projeto de Regulamento das Normas Provisórias (Quarteira-Nascente), no âmbito do processo de RPDM de Loulé; para deliberação;
- i) - Proposta da Câmara Municipal n.º 2178-2024 [UOSJ] - Aquisição do prédio rustico, situado na Amada ou Santa Luzia, freguesia de S. Clemente, concelho



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

A. Almeida
de Loulé, inscrito na respetiva matriz predial sob o art.º 2698, descrito na CRPL sob o n.º 3376, pelo preço de 1.250.000,00€ (um milhão, duzentos e cinquenta mil euros); para deliberação;

j) - Proposta da Câmara Municipal n.º 1800-2024 [UOSJ] - Proposta de 2ª Adenda ao Contrato de Comodato celebrado a 14 de março de 2022, entre o Município de Loulé e o Centro Académico de Investigação e Formação Biomédica do Algarve - ABC-Algarve Biomedical Center; para deliberação;

k) - Proposta da Câmara Municipal n.º 2173-2024 [DRU] - Aprovação do Relatório de Avaliação da execução da Operação de Reabilitação Urbana (ORU) e aprovação da Prorrogação do prazo de vigência por mais 7 anos da delimitação a Área de Reabilitação Urbana do Centro Histórico de Loulé - Cidade Intramuros e Mouraria e respetiva Estratégia para uma operação de Reabilitação Urbana Simples; para deliberação;

l) - Proposta 17-2024 [AML] - Eleição de Vice-Presidente para o Conselho Fiscal da Fundação António Aleixo no biénio 2025-2026;

O Presidente da AML disse: Caros Deputados e Deputadas. Caro Presidente Vítor Aleixo e Executivo, cidadãos aqui presentes e que nos acompanham pelas redes sociais, equipas de apoio à realização desta Assembleia, Língua Gestual Portuguesa, audiovisuais e Gabinete de apoio à Assembleia, minhas senhoras e meus senhores muito boa noite a todos e a todas.

Vamos então dar início à continuação da Assembleia Ordinária de 13 de dezembro de 2024. Antes de iniciar a sessão propriamente dita, quero corrigir duas omissões minhas na sexta-feira passada. Não fiz referência à entrega por parte do Executivo dos livros sobre os Banhos Islâmicos e Casa Senhorial dos Barretos, do Lugar ao Museu, obra de referência do nosso Município, nem a oferta da Agenda para 2025 também do Município. Em nome de todos os Deputados e Gabinete que apoia a Assembleia os nossos agradecimentos, senhor Presidente.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

Também não agradeci a caixa de bombons que foram distribuídos na última Reunião e continuam a ser distribuídos também nesta, uma vez que eram em quantidade abundante, à senhora Deputada Sandra Ribeiro. Em nome de todos também os nossos agradecimentos. -----

Os nossos agradecimentos também à Presidente da União de Freguesias de Querença, Tôr e Benafim, Margarida Correia pela oferta da Agenda 2025 daquela União de Freguesias, muito obrigada Margarida.-----

Agora sim, vamos continuar com a alínea f).-----

Foram iniciados os trabalhos: -----

3- Período da Ordem do Dia: -----

f) - Proposta da Câmara Municipal n.º 2113-2024 [DAF] - Projeto de Alteração do Regulamento e Tabela de Taxas e Licenças da Câmara Municipal de Loulé (aprovado pelo aviso n.º 8725/2013, publicado no Diário da República n.º 130 de 9 de julho, alterado pelos avisos n.º 4951/2015, publicado no Diário da República n.º 87 de 6 de maio de 2015) e Regulamento nº 786/2024 publicado no Diário da República n.º 140 de 22 de julho de 2014), ao abrigo do artigo 241.º, conjugado com o n.º 7 do artigo 112.º da Constituição da República Portuguesa, do artigo 136.º do Código do Procedimento Administrativo e no âmbito da competência prevista na alínea k) do n.º 1 do artigo 33.º e alínea g) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I à Lei 75/2013, de 12 de setembro na sua redação atual, e posterior discussão pública; para deliberação; -----

O **Presidente da AML** disse: Para a apresentação da Proposta, tem a palavra o senhor Vice-Presidente. -----

O **Vice-Presidente, David Pimentel** tomou a palavra e disse: Boa noite senhor Presidente. Na sua pessoa, permita-me cumprimentar todos os presentes e quem nos segue através das plataformas digitais. No que diz respeito a esta proposta, o Regulamento de Taxas e Licenças da Câmara Municipal de Loulé precisou de uma atualização porque houve alterações legislativas e alguns novos equipamentos municipais. Portanto, o que consagra, principalmente, decorre do Decreto-lei 10 de 2024 onde ficou aprovado o Simplex urbanístico e isso implicou que nós tivéssemos que acomodar dentro do Regulamento Municipal taxas respeitantes a este Simplex.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

[Handwritten signature]

Temos também como equipamentos municipais o mais recente Pavilhão 25 de Abril em Almancil em que algumas atividades nem sequer estavam previstas no Regulamento de Taxas, como seja por exemplo o paddle e, portanto, houve a necessidade de incorporar novas taxas no regulamento, ele não é alterado no seu teor original é apenas adaptado a estas questões de algumas alterações legislativas, para além daquela que disse na proposta estão elencadas várias outras alterações decorrentes de decretos-lei e, de facto, tem como é natural, a necessária fundamentação económica e financeira que evidencia da parte do Município, da Autarquia, a recuperação dos custos, quer os diretos, quer indiretos. Se houver alguma dúvida naturalmente estaremos disponíveis para esclarecer. Muito obrigado.

O Presidente da AML disse: Muito obrigado senhor Vice-Presidente. Estão abertas as inscrições para os senhores e senhoras Deputadas, que pretendam usar da palavra. Tem a palavra a senhora Deputada Carla Gomes, da CDU.

A Deputada **Carla Gomes (CDU)** tomou a palavra e disse: Obrigado senhor Presidente. Na sua pessoa, cumprimentar os que aqui nos assistem e aqueles que nos assistem em casa.

Relativamente aqui a estas taxas e licenças, o senhor Vice-Presidente disse que vêm relativas ao Simplex urbanístico e, realmente, é na urbanização e identificação que se verifica o maior aumento das taxas e gostaria de saber se isto é do decreto, ou seja, são taxas que vêm neste Simplex urbanístico e que definem estas taxas, ou se é da aplicação da Câmara Municipal. Porque nós temos aqui aumentos de 130%, ou seja, aquilo que era 37€ passou para 50€ e o que era 56€ passou para 130€ e a única diferença que temos aqui nestas taxas que passaram para 130€ é que em vez de ser a emissão de licença passa a ser apreciação técnica. Todas as outras mantêm sensivelmente os mesmos valores, eu gostaria de saber então o porquê deste aumento, se é mesmo por obrigação de Decreto legal ou se foi decidido pela Câmara Municipal. Obrigado.

O Presidente da AML disse: Muito obrigado senhora Deputada. Tem a palavra o senhor Vice-Presidente.

O Vice-Presidente, David Pimentel tomou a palavra e disse: Muito obrigado, senhor Presidente. Muito obrigado pela sua questão, senhora Deputada Carla Gomes, o que



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

permite esclarecer aqui mais alguma informação aqui à Assembleia. As alterações legislativas, designadamente o Simplex, obrigou a novas taxas que não estavam consagradas ainda no Regulamento, mas há várias taxas que foram também atualizadas. O Simplex não determina as taxas, as taxas são determinadas em função do estudo económico e financeiro, conforme eu evidenciei. Cada município tem os seus recursos diretos e indiretos adstritos a cada uma das atividades que presta e se forem ver o anexo, nós temos o anexo que é o anexo terceiro, que está apenas também à proposta, e nesse anexo que diz fundamentação económica e financeira tem evidenciado por cada uma das taxas quer designadamente as taxas de urbanismo e identificação, quer no que diz respeito também aos equipamentos municipais, designadamente o Pavilhão 25 de Abril e a Pista de BMX, uma das colunas está cinzento que é o indexante, quer dizer qual é o limite superior que resulta da fundamentação económica e financeira. Escalpelizando os custos adstritos de funcionários, de consumíveis, de tempo que é afeto a cada atividade, há uma taxa máxima que pode ser praticada. E se reparar aí, temos taxas significativamente inferiores àquilo que é o recomendável desse estudo económico e financeiro. Mais, reforço que o Município de Loulé é à data, em termos urbanísticos, dos municípios que têm taxas mais económicas, mais vantajosas e mais baixas do que qualquer outro município, e temos imensos procedimentos, imensos pedidos a pressionar a equipa do Departamento de Planeamento e Administração do Território e verdadeiramente estamos muito longe das taxas que são recomendadas e muito longe das taxas comparativamente a outros municípios, portanto, aqui há um fator também de correção que está devidamente secundado com o estudo económico e financeiro e chamo a atenção dos senhores Deputados para verem a tabela cinzenta, mais do que o ponto de partida e onde chegamos, é preciso a ver qual é o ponto de chegada em relação aos custos que o Município tem e o Município tem obrigação de refletir nas suas taxas um princípio de equidade e de equilíbrio financeiro em função desse estudo económico e financeiro. Muito obrigado.

O Presidente da AML disse: Muito obrigado senhor Vice-Presidente. Continuamos disponíveis para mais inscrições. Senhor Deputado Carlos Martins, BE, tem a palavra.

O Deputado **Carlos Martins (BE)** tomou a palavra e disse: Obrigado senhor Presidente, em seu nome cumprimento todos os presentes e os que estão em casa.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

Sobre este ponto, no preâmbulo da justificação da proposta é citado aqui o Diário da República de 22 de julho de 2014, mas deve ser 2024 com certeza, porque foi na data em que foi introduzida a Taxa Turística. Gostaríamos de esclarecer porque não conseguimos perceber bem, portanto, na proposta da Câmara Municipal diz que se trata de um projeto de alteração do Regulamento de Taxas e Licenças com o objetivo de promover a sua atualização devido a alterações legislativas e novos equipamentos municipais e que será enviado para sessão pública voltando novamente à Assembleia para aprovação. Mas na justificação da proposta esclarece "não foram constituídos interessados, nem apresentados contributos no prazo fixado no início do procedimento referente ao presente projeto de alteração." Mais adiante a Câmara Municipal aprova o projeto de alteração, remete o projeto de alteração para a Assembleia Municipal e promove um período de consulta pública do projeto de alteração do presente regulamento. Ficamos na dúvida se houve procedimento público, se não houve procedimento público ou se agora é vai que vai haver procedimento público. Por outro lado, deveríamos ter na proposta, deveria de vir os valores de antes e os valores depois para nós podermos realmente comparar.

O Presidente da AML disse: Muito obrigado senhor Deputado. Tem a palavra o senhor Vice-Presidente.

O Vice-Presidente, David Pimentel tomou a palavra e disse: Muito obrigado senhor Presidente. Sim correto, dar nota que o que me parece, e de facto não era do meu conhecimento, o Presidente estava aqui agora a sinalizar mesmo aqui em off, que há um erro no preâmbulo inicial, de facto ele elenca uma legislação que não é correta, mas toda a fundamentação seguinte, todos os decretos de lei que foram alterados desde a publicação em Diário da República do Regulamento de Taxas e Licenças do Município de Loulé, todas elas sem exceção estão elencadas e há de facto uma atualização em função desses diplomas legais. Sobre a intenção e a consulta pública, qualquer alteração regulamentar tem sempre os mesmos pressupostos, há uma proposta que é submetida com base no estudo económico e financeiro para Reunião de Câmara, depois é submetida à apreciação da Assembleia Municipal, depois desta primeira deliberação é remetido para um período de consulta pública, que creio eu que são de 30 dias, se a memória não me falha (e peço desculpa se tiver aqui cometido alguma imprecisão, mas julgo que são os 30 dias), depois são reunidos os contributos desse período de consulta pública e são ou não vertidos



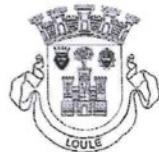
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

essas considerações numa nova proposta que tramitará novamente em Reunião de Câmara e posteriormente em Assembleia Municipal. Depois dessa segunda Assembleia Municipal é que há uma publicação em Diário da República e o documento da alteração regulamentar produz efeitos 30 dias após essa publicação em Diário da República. Sobre o antes e o depois, efetivamente o ponto de partida não é o mais relevante, porque senão estamos a fazer aqui exercícios dizer que a taxa aumentou 150% porque passou de 1€ para 2,50€ e efetivamente o relevante aqui é percebermos quais são os custos que o Município tem em cada atividade que faz de edificação, de urbanismo, de gestão e manutenção de um pavilhão municipal, dos colaboradores que estão afetos à atividade e que esse custo seja afeto à sua atividade que produz para aquele município que a taxa seja no mínimo o mais próximo possível desse custo, não é no sentido da rentabilidade, é no sentido de ser equitativo e essa é fundamentação relevante que está efetivamente nesse anexo que eu acabei de evidenciar antes da intervenção da senhora Deputada Carla Gomes e esse é o parâmetro de comparação que deve ser utilizado nesta e noutras circunstâncias. Muito obrigado.

O **Presidente da AML** disse: Muito obrigado senhor Vice-Presidente. esclareça então se faz favor esta proposta é a proposta para colocação à discussão pública? Tem a palavra senhor Vice-Presidente.

O **Vice-Presidente, David Pimentel** tomou a palavra e disse: Muito obrigado, senhor Presidente. Sim correto, se não está claro, todas as alterações regulamentos, por exemplo, recentemente foi feito aqui o mesmo exercício com a taxa turística que os senhores Deputados com certeza recordar-se-ão que veio à Assembleia uma proposta com um conjunto de considerantes, essa proposta depois foi remetida após a primeira deliberação em Assembleia Municipal para consulta pública, a seguir até houve alterações à proposta inicial, de acordo com aquilo que veio dos hoteleiros e de alguns municípios que partilharam ativamente as suas considerações, e este exercício será semelhante. Normalmente, qualquer alteração ao regulamento tem sempre essas fases de Reunião de Câmara, Assembleia Municipal, consulta pública. Vertidos os contributos novamente e incorporados ou não, porque quando o Município não incorpora os resultados dessa consulta pública tem que justificar e fundamentar o porque sim ou porque não, e depois traz novamente a Reunião de Câmara à Assembleia Municipal e produz efeitos após essa segunda Assembleia



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

Municipal quando é publicado em Diário da República. Eventualmente o documento não está explícito neste sentido, lamento, mas deveria estar absolutamente inequívoco e é essa a tramitação que temos sempre feito em alterações regulamentares até à data.-----

O Presidente da AML disse: Muito obrigado. A questão não era sobre a tramitação correta, a questão era sobre a redação da proposta porque quem lê proposta diz que é o Projeto de Alteração e depois diz no fundo é para aprovar o projeto de alteração e posterior discussão pública, não é, aprová-lo para discussão pública. Portanto, considera-se que a proposta que vai ser votada onde está "e posterior discussão pública" é para posterior discussão pública. Portanto, o Regulamento não vai ser aprovado, o que vai ser aprovado é a colocação do regulamento para discussão pública. O que está escrito indicava que era aprovada e depois colocada a consideração à discussão pública, portanto, penso que não há dúvidas nós não estamos a votar a aprovação do regulamento, estamos a votar a sua colocação à discussão pública. Mais alguém quer usar da palavra sobre esta alínea? Assim sendo esta mos em condições de passar à sua votação. -----

Passou-se à votação: -----

f) - Proposta da Câmara Municipal n.º 2113-2024 [DAF] - Projeto de Alteração do Regulamento e Tabela de Taxas e Licenças da Câmara Municipal de Loulé (aprovado pelo aviso n.º 8725/2013, publicado no Diário da República n.º 130 de 9 de julho, alterado pelos avisos n.º 4951/2015, publicado no Diário da República n.º 87 de 6 de maio de 2015) e Regulamento nº 786/2024 publicado no Diário da República n.º 140 de 22 de julho de 2014), ao abrigo do artigo 241.º, conjugado com o n.º 7 do artigo 112.º da Constituição da República Portuguesa, do artigo 136.º do Código do Procedimento Administrativo e no âmbito da competência prevista na alínea k) do n.º 1 do artigo 33.º e alínea g) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I à Lei 75/2013, de 12 de setembro na sua redação atual, e posterior discussão pública; para deliberação;; -----

A proposta foi **aprovada por maioria**, com 32 votos a favor (21 PS, 7 PSD, 2 CHEGA, 1 CDS, 1 PAN) e 2 abstenções (1 BE, 1 CDU). -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

O Presidente da AML disse: Vamos passar à alínea g) da Ordem de Trabalhos. -----

Passou-se ao ponto seguinte; -----

g) - Proposta da Câmara Municipal n.º 2142-2024 [GAF] - 4^a Alteração ao Contrato Interadministrativo relativo à transferência de verbas para a Junta de Freguesia de S. Sebastião, no valor de 193.682,48€ (cento e noventa e três mil, seiscentos e oitenta e dois euros e quarenta e oito céntimos); para deliberação; -----

O Presidente da AML disse. Senhor Presidente, tem a palavra. -----

O Presidente da CML tomou a palavra e disse: Muito obrigado senhor Presidente
Boa noite a todos e a todas. -----

A proposta que aí está, vem na sequência da política adotada por este Executivo no sentido de dar às Juntas de Freguesia todos os meios possíveis para que eles possam executar obras, uma vez que a Câmara Municipal de Loulé, dado o elevado volume de obras em curso, não consegue responder atempadamente a todas as necessidades. -----

Temos vindo, como todos sabem, nos últimos anos mais recentes a celebrar contratos interadministrativos com as Juntas de Freguesia para onde transferimos o dinheiro necessário para que eles depois possam fazer procedimentos de contratação pública e executarem as obras que entendem fazer no interesse dos seus fregueses. Neste caso concreto, é a Junta de Freguesia de São Sebastião que está em causa, um valor de 193.000,00€, um pouco mais, e é para requalificar e repavimentar parte do Caminho da Ribeira que é uma via não classificada 291, basicamente é isto. É um procedimento que já tem vindo aqui várias vezes com outras Juntas de Freguesia e agora concretamente é com a Junta de Freguesia de São Sebastião, portanto, nada de novo aqui, apenas repetir uma prática que tem provado ser de grande utilidade para as freguesias. -----

O Presidente da AML disse: Muito obrigado senhor Presidente. Estão abertas as inscrições para quem quiser fazer uso da palavra. Tem a palavra senhor Deputado Carlos Martins, do BE. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

O Deputado **Carlos Martins (BE)** tomou a palavra e disse: Nós defendemos a descentralização de novas competências e reforço de verbas para as Juntas de Freguesia. Não pondo em causa a prioridade desta obra, gostaríamos de saber onde se situa em concreto este caminho a requalificar. Não há nenhum mapa, não consegui identificar. De acordo com a cláusula 5.^a este contrato só se torna eficaz depois de aprovado pela Assembleia Municipal e também pela Assembleia de Freguesia. Eu perguntava se a Assembleia de Freguesia já se pronunciou sobre esta proposta.

O **Presidente da AML** disse: Muito obrigado senhor Deputado. Tem a palavra o senhor Presidente da Câmara.

O **Presidente da CML** tomou a palavra e disse: Senhor Deputado Carlos Martins, primeiro quero registar e quero pedir a todos os senhores Presidentes de Junta, aqueles que ainda têm intenção no futuro de pedir apoios ao abrigo desta figura de contratos interadministrativos, que futuramente o façam indicando precisamente onde se encontra porque eu de facto também não sei e acho que a pergunta do Deputado Carlos Martins tem todo o sentido. Eu sei que é o Caminho da Ribeira, sei que é na Freguesia de São Sebastião, mas não sei mais e, portanto, vou pedir ao senhor Presidente da Assembleia que, caso assim entenda, possa pedir ao senhor Presidente da Junta de São Sebastião que esclareça exatamente onde se encontra este caminho e se pudesse dar outros detalhes pois será com ele. Agora relativamente à Assembleia de Freguesia que foi a segunda questão que colocou, presumo eu que só depois de aprovada aqui na Assembleia Municipal, aquilo que está neste momento em consideração dos senhores Deputados, é que faz sentido ao Presidente da Junta de Freguesia levar o assunto à Assembleia de Freguesia uma vez que, tanto quanto sei, nada obriga que o contrário seja feito.

O **Presidente da AML** disse: Muito obrigado senhor Presidente. Tem a palavra o senhor Deputado Analídio Ponte, do PS.

O Deputado **Analídio Ponte (Presidente da Junta de Freguesia de S. Sebastião)** tomou a palavra e disse: Antes de mais, este contrato Interadministrativo quando foi formado à Câmara Municipal por acaso levava mapa em anexo, com indicação onde é que ficava este caminho, mas para localizar e informar o senhor Deputado e os



(Handwritten signatures)

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

restantes Deputados aqui, o senhor Deputado Carlos Martins, fica no final da estrada antes de atravessar a Ponte da Ribeira de Algibre, na chamada zona da Ribeira de Algibre, onde havia um lagar, no lado esquerdo, o senhor Armando Calço e o senhor Francisco, são pessoas que neste momento estão na disposição de ceder uma faixa de 3 metros de largura, é necessário refazer todo aquele muro, tem uma linha de água para fazer uma passagem mais que hidráulica, tem que ter alguma dimensão, ali tem um furo de abastecimento que muita gente se vai servir que é um furo público e, além disso, quando a leva ribeira água, é uma zona muito frequentada para piqueniques ao longo da ribeira e uma vez temos agora esta anuência dos proprietários confinantes a ceder terreno foi aí a urgência que nós colocamos e que eu expliquei à Câmara Municipal que era de aproveitar porque também já são pessoas que já tem uma certa idade e depois no futuro não sabemos se os herdeiros teriam na disposição ou não, também por isso é que nos fez acelerar este processo. Sobre a questão de ser aprovado, o que me disseram sempre foi que a ordem é primeiro na Reunião Camarária, depois na reunião na Assembleia Municipal, independentemente de nós na Reunião de Executivo da Junta podemos ter aprovado já, mas normalmente a Assembleia de Freguesia é a última, segundo me informaram, portanto, daí a razão. Agradeço à Câmara Municipal já agora pela disponibilidade e por ter colaborado. -----

O Presidente da AML disse: Tem a palavra o senhor Deputado Carlos Martins, do BE. -----

O Deputado **Carlos Martins (BE)** tomou a palavra e disse: Por acaso ontem passei lá de bicicleta neste caminho, onde habitualmente está lá muita gente a encher água em depósitos. A Assembleia Municipal é o órgão fiscalizador da atividade municipal, portanto, deveria ser o último a deliberar sobre estas matérias, quando chegasse aqui à Assembleia Municipal todo o processo devia estar completamente esgotado. Isto é, supúnhamos que a Assembleia de Freguesia não aprova este documento, como é que este contrato podia ser podia ser exequível? Entretanto a Assembleia Municipal já aprovou uma coisa que não devia ter aprovado. Eu estou a dizer a ordem cronológica, não está aqui em causa, o que está em causa é que realmente a Assembleia Municipal deveria ser a única a se pronunciar sobre um contrato administrativo que a Câmara Municipal fez com uma determinada entidade, assim como aprova os outros protocolos depois das pessoas estarem lá assinadas.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

Obrigado. -----

O Presidente da AML disse: Tem a palavra o senhor Deputado António Martins, do PS. -----

O Deputado António Martins (**Presidente da Junta de Freguesia de Alte**) tomou a palavra e disse: Senhor Presidente, na sua pessoa cumprimento todos os presentes, público que aqui está e aos que estão a assistir em casa. Peço autorização para me dirigir aos nossos Deputados para dizer que há discussões que não valem a pena, é assim, obviamente que o efeito é o mesmo, se não for aprovado aqui ou se não for aprovado na Assembleia de Freguesia, a legislação não diz qual é a prioridade, diz que tem que ser aprovado pelos dois, portanto, obviamente se for aprovado aqui e não for na Assembleia não é exequível, se for aprovado na Assembleia e não for aprovado aqui não é exequível, portanto, tem que ser aprovado nos dois, ponto final. Algumas Juntas de Freguesia preferem esperar para ver, outras adiantam-se, mas a verdade é que o que interessa é que ambas as Assembleias, que têm independência, se pronunciem e não o resto, estamos a discutir o sexo dos anjos, desculpem lá. -----

O Presidente da AML disse: Muito obrigado. sendo certo que todos os assuntos são discutíveis nesta Assembleia, eventualmente até o sexo dos anjos, se isso tiver relevo para o nosso Município, eu diria que há bem pouco tempo trouxemos aqui à discussão e à votação, na última sexta-feira, o parecer desta Assembleia relativamente à elevação de Almancil e de Boliqueime, respetivamente a cidade e a vila. Nessa eu vi, e tenho a certeza, os pareceres tal conforme disse o Deputado António Martins, são independentes, nada diz que tem que ser um primeiro ou tem que ser outro depois, são órgãos independentes, neste caso os quatro órgãos têm que se pronunciar. Tem que haver parecer da Câmara Municipal, tem que haver parecer da Assembleia Municipal, tem que haver parecer da Junta de Freguesia e da Assembleia de Freguesia. E a legislação apenas refere que estes órgãos têm que dar parecer, portanto, não refere qualquer precedência de uns sobre os outros, refere que todos eles têm que dar parecer. Estamos a falar de pareceres, é certo, e não de decisões. Mas sendo certo que o legislador ponderará cada um dos pareceres na medida que achar que o deve fazer, portanto, estamos a falar apenas de pareceres. Neste caso, estamos a falar de decisões e estas situações já aqui passaram várias vezes na Assembleia Municipal, poderei propor-me tentar ver em pormenor, inclusivamente



[Handwritten signature]

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

com outras Assembleias como é que se processa, o que aqui efetivamente está, se é relevante ou não é relevante a ordem, agora aquilo que para mim também me parece que é relevante é que esta obra de interesse das pessoas, dos cidadãos, e não é expectável que nenhum dos órgãos vote contra uma proposta destas. Portanto, se algum dos senhores Deputados quiser levantar a questão da legalidade e retirá-la da votação para melhor apreciação, eu fá-lo-ei, caso contrário, eu penso que devemos deixar seguir a votação e à posterior podemos também avaliar de alguma eventual irregularidade e se se constatar podemos retificá-la à posteriori.

O Presidente da AML disse: Muito obrigado. Tem a palavra o senhor Vice-Presidente.

O Vice-Presidente, David Pimentel tomou a palavra e disse: Apenas para reforçar aquilo que recebi indicação da Chefe do Gabinete de Apoio às Freguesias porque esta questão já foi colocada à Direção-Geral das Autarquias Locais e foi recebido por essa via por escrito informação que refere exatamente aquilo que o senhor Deputado António Martins acabou de dizer. Não há nenhuma ordem de prioridade entre os órgãos porque efetivamente, conforme disse o senhor Presidente da Assembleia Municipal, são órgãos independentes financeiramente e isso quer dizer que as responsabilidades só são assumidas quando ambos os órgãos, Executivo Municipal e Assembleia Municipal, e o Executivo da Freguesia e a Assembleia de Freguesia evidenciam que o sentido da sua decisão é idêntico. Porque é que a norma é iniciar-se no Município e não na Reunião da Assembleia de Freguesia? E aí entramos aqui no campo do bom-senso. Porque normalmente há que haver uma cabimentação financeira para a intervenção que as Juntas de Freguesia não têm capacidade orçamental, suscitam à Câmara Municipal que haja a capacidade da Câmara de apoiar porque a Junta quer substituir-se a uma determinada intervenção, neste caso, uma prioridade porque as pessoas têm uma determinada idade, agora consegue-se arranjar os acordos necessários para a intervenção, seja porque natureza for, o Município entendendo que concorda leva a Reunião de Câmara e a partir daí é despoletada uma gestão orçamental que permite o cabimento para a intervenção e propõe-se à Assembleia Municipal que depois delibere para contrato interadministrativo. Entretanto, a Assembleia de Freguesia pode, sabendo que houve uma decisão em Reunião de Câmara, levar ao seu Executivo e dizer, "olhem, temos o agreement da Câmara Municipal, foi deliberado favoravelmente podemos tramitar para a Assembleia de Freguesia. A Direção-Geral das Autarquias Locais disse-o



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

explicitamente, e podemos fazer chegar aqui à Mesa e se calhar será relevante fazer já de seguida, vou pedir aqui à chefe do Gabinete de Apoio às Freguesias para enviar essa informação por escrito que recebemos da DGAL que refere exatamente isto, a tramitação posterior não é forçoso que seja primeiramente numa Assembleia de Freguesia ou Assembleia Municipal porque só produz efeitos quando ambas deliberam favoravelmente e creio que assim ficará eventualmente mais claro.

O Presidente da AML disse: Agradecia efetivamente o envio e procederei à distribuição pelos senhores Deputados dessa legislação. Tem a palavra o Deputado Hélder Faísca, do PSD.

O Deputado Hélder Faísca (PSD) tomou a palavra e disse: De facto é exatamente igual, já podia estar aprovado na Assembleia, mas a seguir tem que voltar lá novamente para ser incorporada no orçamento porque enquanto não for aprovado aqui não pode ser metida no orçamento, portanto, é igual pois vai ter que haver uma Assembleia lá para de facto isto tornar efetivo ao aprovar no orçamento. Pode aprovar lá, mas não pode meter no orçamento porque ainda não foi aprovado aqui, portanto, é exatamente igual.

O Presidente da AML disse: Vamos passar à votação.

g) - Proposta da Câmara Municipal n.º 2142-2024 [GAF] - 4ª Alteração ao Contrato Interadministrativo relativo à transferência de verbas para a Junta de Freguesia de S. Sebastião, no valor de 193.682,48€ (cento e noventa e três mil, seiscentos e oitenta e dois euros e quarenta e oito cêntimos); para deliberação;

Passou-se à votação;

A proposta foi aprovada por unanimidade.

Passou-se ao ponto seguinte;

h) - Proposta da Câmara Municipal n.º 2157-2024 [DP] - Procedimento da Adoção de Normas Provisórias (Quarteira-Nascente), no âmbito do processo de Revisão do Plano Diretor Municipal de Loulé: Aprovar o Relatório de Ponderação da



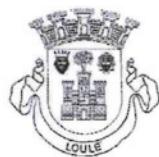
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

discussão pública. Propor à Assembleia Municipal a aprovação do Projeto de Regulamento das Normas Provisórias (Quarteira-Nascente), no âmbito do processo de RPDM de Loulé; **para deliberação;** -----

O Presidente da AML disse: Tem a palavra o senhor Presidente. -----

O Presidente da CML tomou a palavra e disse: Muito obrigado. É um assunto já bastamente discutido aqui na Assembleia Municipal, é do conhecimento de todos, as normas provisórias que neste momento têm perante vós para serem aprovadas substituem as medidas preventivas que vigoraram até onde foi possível legalmente a sua eficácia. Após isso, a Câmara Municipal de Loulé no âmbito do processo de revisão do PDM deliberou e enviou para a CCDR a pedir parecer relativamente à abertura de um processo de aplicação das normas provisórias. Neste caso, ao contrário da situação que aqui há pouco foi explicada pelo senhor Vice-Presidente relativamente às taxas e licenças, é um processo que já decorreu todos os seus trâmites, já foi aberto consulta pública, foi feita uma ponderação das contribuições que, aliás não foram nenhuma, e neste momento o que trazemos aqui é exatamente o momento final de aprovação destas normas provisórias e ainda a aprovação do regulamento no âmbito da revisão do PDM. Portanto, é conhecida, é Quarteira Nascente, já sabem desde o princípio e há muito tempo qual foi a preocupação da Câmara Municipal, foi que não fosse possível ali construir de acordo com o PDM na altura em vigor que apontava para ali um índice de construção de 07 e que passamos para 02 e porquê? Porque entendemos que em termos de crescimento urbanístico há áreas do nosso concelho, nomeadamente aquelas áreas já de si muito pressionadas, que não comportam em nome da qualidade de vida das pessoas e em nome do equilíbrio do desenvolvimento de áreas muito importantes, nomeadamente esta que se localiza junto a uma reserva natural local, não comportam grande densificação urbanística. A nossa preocupação foi salvaguardar, ter subjacente às nossas decisões um princípio de equilíbrio, um princípio de bom-senso para que a imagem de Quarteira e em geral do nosso território em todo o concelho não possa ter construção tão densa que leve à perda de qualidade do território e à perda de valor daquelas pessoas, daqueles investidores que já investiram nessas áreas.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

O Presidente da AML disse: Muito obrigado senhor Presidente. Senhor Deputado Carlos Martins, do BE, tem a palavra. -----

O Deputado **Carlos Martins (BE)** tomou a palavra e disse: Na reunião da CEOT que tivemos, tivemos a oportunidade de questionar o senhor Presidente de sermos esclarecidos de algumas dúvidas que tínhamos. O relatório de participação pública, ninguém participou, o que quer dizer que as pessoas estão satisfeitas. Da leitura que fiz, no ponto 2 da informação, salienta que a 1 de agosto de 2024 foi promovida à conferência procedural com as entidades representativas dos interesses a ponderar da qual resultou a emissão de parecer favorável condicionado da CCDR e ICNF e favorável da APA RH. Como não encontramos na documentação entregue, gostaríamos de saber quais as reservas aludidas pela CCDR para não emitirem o parecer favorável. -----

O Presidente da AML disse: Muito obrigado senhor Deputado. Senhor Presidente, tem a palavra. -----

O Presidente da CML tomou a palavra e disse: Senhor Deputado, eu não tenho neste momento a informação para responder, de qualquer maneira o parecer foi favorável, agora foi condicionado, as condições eu não as tenho presentes, mas numa próxima oportunidade, tão breve quanto possível, posso esclarecer, mas sublinho o parecer foi favorável. E de certeza que as condições apresentadas pela CCDR ou foram ou vão ser cumpridas porque de outra maneira eu não traria aqui essa proposta. Portanto, se eu antecipasse essa sua questão teria tido aqui apoio técnico da parte da Divisão que tutela esta matéria para lhe dar uma resposta imediata, mas confesso que neste momento não a tenho, mas tão rápido quanto possível vou fazer chegar essa sua questão para seu conhecimento.-----

O Presidente da AML disse: Muito obrigado senhor Presidente. Peço-lhe que faça chegar à Assembleia e difundirei por todos os grupos municipais. Tem a palavra senhor Presidente. -----

O Presidente da CML tomou a palavra e disse: Quando eu digo ao senhor Deputado, subentende-se sempre que é através do senhor Presidente. -----



[Handwritten signature]

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

O Presidente da AML disse: Muito obrigado senhor Presidente. A questão não é essa, se a difusão é apenas para encaminhar ao senhor Deputado que a pediu ou se é também para os outros grupos municipais. Por isso é que estou a dizer para ser enviado também aos grupos municipais. Quando os grupos municipais fazem requerimentos ao Executivo fazem através da Assembleia e as respostas do Executivo são exclusivamente para quem as pede. Daí eu estar a tentar esclarecer e a pedir que em vez de ser apenas ao senhor Deputado Carlos Martins que está a requerer oralmente, que ela seja distribuída a todos os grupos municipais -----

O Presidente da CML disse: Senhor Presidente escusa de fazer esse reparo porque como muito bem sabe é prática sempre mandar tudo para os seus Deputados independentemente se um, dois, três ou todos façam a pergunta e tenham dúvida é sempre prática mandar através do seu Presidente da Assembleia Municipal e depois o senhor Presidente da Assembleia Municipal, como também faz sempre distribui pelos Deputados ou fará como entender, essa é já uma questão do senhor Presidente.-----

O Presidente da AML disse: Volto a repetir senhor Presidente e não é um reparo, aquilo que eu lhe pedi foi que a resposta que viesse à pergunta colocada pelo senhor Deputado fosse também difundida aos outros Grupos Municipais.-----

h) - Proposta da Câmara Municipal n.º 2157-2024 [DP] - Procedimento da Adoção de Normas Provisórias (Quarteira-Nascente), no âmbito do processo de Revisão do Plano Diretor Municipal de Loulé: Aprovar o Relatório de Ponderação da discussão pública. Propor à Assembleia Municipal a aprovação do Projeto de Regulamento das Normas Provisórias (Quarteira-Nascente), no âmbito do processo de RPDM de Loulé; **para deliberação;** -----

Passou-se à votação; -----

A proposta foi **aprovada por maioria**, com 24 votos a favor, (21 PS, 1 BE, 1 CDU, 1 PAN) e 10 abstenções (7 PSD, 2 CHEGA, 1 CDS) -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

Passou-se ao ponto seguinte: -----

i) - Proposta da Câmara Municipal n.º 2178-2024 [UOSJ] - Aquisição do prédio rustico, situado na Amada ou Santa Luzia, freguesia de S. Clemente, concelho de Loulé, inscrito na respetiva matriz predial sob o art.º 2698, descrito na CRPL sob o n.º 3376, pelo preço de 1.250.000,00€ (um milhão, duzentos e cinquenta mil euros); para deliberação; -----

O Presidente da AML disse: Senhor Presidente, tem a palavra. -----

O Presidente da CML tomou a palavra e disse A Proposta que aqui está, como o seu enunciado bem revela, é a intenção da Câmara Municipal e uma vez e aprovada por esta Assembleia Municipal, adquirir uma área significativa praticamente no coração de Loulé, muito perto do centro da cidade de Loulé, espero que tenha chegado a planta exata da localização do terreno, senhor Presidente, porque havia essa dúvida e parto do princípio que todos saberão onde se localiza, e um terreno com aquela área, com aquela localização, é um terreno estratégico, não é um terreno de menor importância, é um terreno estratégico que pode resolver problemas importantes para a cidade, nomeadamente, a ampliação do Parque Municipal, localizando ali valências até para o desporto informal, para a brincadeira infantil com apetrechos adequados para esse fim, estacionamento automóvel. Portanto, é um terreno que pode em sede de projeto e vai com certeza responder a todas estas necessidades da cidade que, naquele caso concreto, todos sabemos muito bem, é uma área para onde a cidade irá crescer e há ali vários loteamentos em sede de apreciação na Câmara Municipal, portanto, um espaço de descompressão com estes equipamentos coletivos de utilidade pública tem todo o interesse em ser adquirido. Eu espero que esta proposta possa merecer o apoio dos senhores Deputados e das senhoras Deputadas. -----

O Presidente da AML disse: Muito obrigado senhor Presidente. Tem a palavra a senhora Deputada Ana Poeta, do PAN. -----

A Deputada Ana Poeta (PAN) tomou a palavra e disse: Antes de mais felicitar o Executivo pela motivação em alargar os espaços verdes em Loulé, mas criticando o desprezo mais uma vez que tem pelo trabalho e pela capacidade de estudos das



A handwritten signature in blue ink, appearing to read "Mário D.", is located in the top right corner of the document.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

bancadas. No dia 6 de dezembro tivemos uma reunião da CEOT em que foram solicitadas as plantas de localização deste terreno e recebemos as plantas no dia 13 às 16h49, 4 horas antes da Reunião, sem tempo para que as bancadas pudessem estudar as plantas atempadamente de modo a que pudessem tomar um posicionamento consciente e sem margem de dúvidas. Questiono o que é que teria sido se esta Assembleia não tivesse sido adiada? -----

O Presidente da CML tomou a palavra e disse: Senhora Deputada deixe-me que conteste, é que nos relatórios da avaliação que foram distribuídos já há muito mais tempo está lá já a localização exatamente do terreno. Agora uma planta com outras características mais detalhada que foi solicitada depois, bom, chegou. Podia ter chegado mais cedo, sim senhor, mas por favor não diga que nós temos desprezo pelo trabalho da Assembleia Municipal porque do meu ponto de vista está a ser profundamente injusta. Como lhe disse, teve já há muito tempo, sabe muito bem onde fica porque teve acesso a dois relatórios de avaliação e qualquer um deles tem lá a planta, agora uma planta maior como aquela que foi pedida, pois, podia ter chegado mais cedo, concordo, mas não é desprezo nenhum, nem qualquer tentativa de esconder a informação porque como lhe disse sabiam exatamente onde é que se localizava o terreno.-----

O Presidente da AML disse: Muito obrigado senhor Presidente. Tem a palavra a senhora Deputada Sandra Ribeiro, do CHEGA. -----

A Deputada Sandra Ribeiro (CHEGA) tomou a palavra e disse: Senhor Presidente eu tenho aqui um uma questão para lhe colocar, que eu agora estava aqui a tentar abrir o documento, mas não, não estou a conseguir. Eu tenho uma dúvida, porque é que o valor passou de 1.200.000,00€ para 1.250.000,00€, bem como todo o espaço temporal desde o primeiro estudo de mercado até aos dias de hoje. Eu reparei nos relatórios de avaliação que todos eles fazem menção àquele valor por metro quadrado atendendo que aquele terreno seria com viabilidade de construção para três lotes de habitação, o que não é o caso, portanto não vai ser construída habitação, vai ser o parque, o parque de estacionamento. Em que, salvo erro, o último relatório até faz menção em que se não for aquele fim a que se destine o terreno o valor desce consideravelmente. Gostaria que nos falasse sobre isso por favor. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

O Presidente da AML disse: Muito obrigado senhora Deputada. Senhor Vice-Presidente, tem a palavra.

O Vice-Presidente, David Pimentel tomou a palavra e disse: senhora Deputada Sandra Ribeiro, de facto há uma alteração do valor porque e neste caso o imóvel foi identificado no ano 2023, a Câmara Municipal iniciou o processo de negociação, até havia aqui uma dúvida se era necessário ou não fazer uma consulta ao mercado, tal qual agora recentemente fizemos para a habitação, e muito em breve trecho virão também à Assembleia Municipal, aliás, foi deliberado hoje em Reunião de Câmara para submeter à Assembleia Municipal a consulta ao mercado para aquisição de armazéns para a finalidade da Polícia Municipal da Proteção Civil e dos Bombeiros, mas já lá iremos. Neste caso em particular houve aqui alguma interação junto do Departamento Jurídico, junto aos Serviços da Câmara Municipal, no sentido de percecionar se haveria ou não a possibilidade de a Câmara Municipal decidir deliberar adquirir este imóvel em particular. E, sim, é um facto e, portanto, houve aqui alguma demora porque é um processo relativamente recente esta consulta ao mercado e enquanto tramitou por questões orçamentais porque não estava previsto na gestão do Orçamento em 2024 aprovado pela Assembleia Municipal a aquisição deste terreno, portanto, foi necessário encetar os procedimentos de cabimentação orçamental, foi necessário solicitar novas avaliações porque levou algum tempo desde as primeiras avaliações até podermos formalizar nova proposta. E porque é que o terreno tem este valor? É à semelhança do terreno do Mercado das Quartas-feiras que é na cidade de Quarteira ali desenvolvido. Também o terreno se fosse para urbanizar teria um valor distinto do que para aquilo que vai ser a finalidade que é um espaço verde de descompressão urbanística. Este Executivo tomou decisões, não é a primeira, já é a segunda, desta natureza que em zonas que apesar de estarem definidas como urbanas e urbanizáveis, até porque temos ali o pulmão da cidade de Loulé, o pulmão verde do Parque Municipal ao lado, este é um terreno que responde estrategicamente, como o Presidente disse, a ampliação do parque, a ampliação das atividades de lazer e desportivas que ali estão, há possibilidade de um estacionamento que fica a 5 minutos a pé da cidade de Loulé e que todos nós sabemos que diariamente estão ali centenas de viaturas estacionadas e, portanto, o valor para o Município não é o valor de mercado para urbanizar. É um valor para aquilo que se quer de uma finalidade importante e, aliás, aqui nesta Assembleia temos várias vezes debatido que é



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

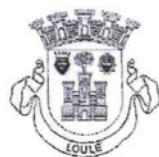
necessário mais terrenos, é preciso mais estacionamento, é preciso de facto de dotarmos de qualidade pública do nosso espaço público e criar um pulmão verde, tal qual como a senhora Deputada Ana Poeta estava a parabenizar, é exatamente olhar para um valor que não é o valor de mercado do metro quadrado é um valor inequívoco para as comunidades hoje e para o futuro.

O Presidente da AML disse: Muito obrigado senhor Vice-Presidente. Tem a palavra senhora Deputada Sandra Ribeiro, do CHEGA.

A Deputada **Sandra Ribeiro (CHEGA)** tomou a palavra e disse: Senhor Vice-Presidente David Pimentel, pois, uma coisa é o valor que o Executivo considera que o terreno vale, outra coisa é o valor de mercado. E o Executivo não aprovou há anos aquele terreno para a construção de três edifícios para habitação e para essa finalidade existe um valor de mercado e está a comprar, está a adquirir o terreno pelo mesmo valor de mercado como se fosse para habitação. Portanto para mim, e vai-me desculpar mas esta é a minha área, eu vendo terrenos rústicos e urbanos e acho que não se pode vender um terreno rústico, por melhor que seja a intenção, ao preço de um terreno urbano mas pronto fica a minha consideração.

O Presidente da AML disse: Muito obrigado senhora Deputada. Tem a palavra o senhor Vice-Presidente.

O Vice-Presidente, **David Pimentel** tomou a palavra e disse: senhora Deputada, o terreno não é rústico, o terreno é urbano e mantém essa mesma funcionalidade ou essa mesma finalidade. Nas avaliações realizadas em 2023, agosto e novembro, o valor médio apontava para 1.328.000,00€ e o valor médio atualmente de duas avaliações feitas em outubro de 2024, que são aquelas que defendem o valor da proposta, nós estamos a adquirir o valor deste terreno 9.1% abaixo do valor de mercado, mesmo assim, e efetivamente o terreno não deixa de ser urbano apesar do Município entender dar-lhe um usufruto distinto porque é preciso coragem para tomar decisão em zonas urbanas de criar espaços de fruição para a comunidade e isso está a acontecer em vários locais da cidade de Loulé felizmente, em Quarteira é fácil de ver zonas de frente de mar que seriam excelentes para fazer um prédio e estão lá parques infantis, é exatamente o mesmo espírito está aqui, aquele terreno quando foi com certeza decidido colocar ali um parque infantil teria outro valor de mercado se



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

(Handwritten signature)

fosse comprado para urbaniza. O terreno não está a ser comprado como rústico, a finalidade que o Município está e está a ser muito sincero e muito franco e frontal e transparente porque na proposta está a dizer quais são as finalidades, é um espaço de alargamento do pulmão verde da cidade de Loulé, é um espaço de ampliação do Parque Municipal, é um espaço para dotar de estacionamento subterrâneo, está lá escrito na proposta e essa é a finalidade. O lote que estava aprovado, creio eu que era de final de década de 80, início da década de 90, e o promotor entendeu não avançar com aquela urbanização e conclusão não entendendo fazer a promoção da construção, colocou o produto no mercado, o seu imóvel, e a Câmara Municipal entendeu por bem adquirir um imóvel estratégico, muito bem localizado, muito próximo do centro urbano da cidade de Loulé e era uma oportunidade perdida se nós não adquiríssemos este terreno. E tenho a certeza absoluta que qualquer um de nós que aqui está hoje vai olhar para este dia com regozijo e com satisfação por ter estado presente numa decisão tão importante para a cidade de Loulé.

O Presidente da AML disse: Muito obrigado senhor Vice-Presidente. Tem a palavra o senhor Deputado Carlos Martins, do BE.

O Deputado **Carlos Martins (BE)** tomou a palavra e disse: Antes de mais agradecer a receção das plantas de localização do terreno em causa, embora não esclareça muito mais já que na primeira planta nem sequer está inserido o caminho existente de ligação à circular e a ampliação do parque. Podemos ver no mapa que realmente apresenta-se aqui um terreno a norte do Terminal Rodoviário, mas que não existe estrada de ligação à Circular, o que não sabemos como é que isto está atualizado, isto é, nas plantas que enviaram. Depois uma planta em modo reduzido já se nota aqui que o terreno em causa é atravessado por uma estrada. Bom, é diferente de um terreno livre. Nós no essencial concordamos com os objetivos da proposta, mas temos muitas reservas se a compra deste terreno vai servir para dar cumprimento às intenções da Câmara Municipal nomeadamente quanto ao mencionado nos pontos promover a ampliação do parque, criação de espaços de estacionamento, portanto, aí temos dúvidas. Porquê? Bom, nós no âmbito da revisão do PDM apresentamos algumas sugestões e uma delas era o alargamento para poente do Parque Municipal de Loulé, do Parque Agrícola e Urbano da cidade e estabelecimento de corredores verdes nos principais núcleos urbanos, para além da criação de um novo Parque Ambiental na zona de Renda. Este terreno não condiz praticamente com o parque



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

porque entre este terreno e o parque há um caminho e depois é atravessado por um caminho ao meio. O que é que temos aqui em causa? O que nós defendemos é que a Câmara Municipal devia de sim comprar o terreno a poente, mas a norte onde existe realmente um depósito de resíduos enormes que põe em causa a segurança dali até da zona e que era a expansão natural de uma mancha verde considerável. Defendemos que a proposta do Parque e não a compra de um terreno junto a um parque infantil é separado por um caminho a nascente do acesso ao parque a terrenos privados atravessado pelo caminho de acesso à circular. Na proposta de aquisição do terreno será para alargamento do parque e construção de parque de estacionamento, nada impede a coexistência destes dois equipamentos. O que nós vemos é que não sabemos como é que realmente este alargamento possa servir o fim em causa porque para construir o parque subterrâneo, bem, nós temos todo o Largo do Monumento para fazer um ótimo parque com 200 lugares, por exemplo, este espaço não sabemos quanto é que vai dar. Depois o terreno em causa é um terreno rústico, mas de acordo com o PDM tem capacidade construtiva para 36 fogos e uma área de serviços comerciais. Acontece que destes 8200 metros, 5200 estão comprometidos como cedência pública, quer dizer nós estamos a comprar 8200 quando 5200 já estão comprometidos com cedência pública. Na avaliação, que existem dois critérios de avaliação, um de 1.000.000,00€ e outro de 1.600.000,00€, que nós não percebemos a disparidade também destas avaliações, portanto, o que está aqui em causa senhor Presidente não é estar contra a aquisição deste terreno. Agora o que parece a nós, por razões estratégicas, comprehende-se, centralidade até por futuro Metrobus poder ter ali uma estação final, mas este terreno não vai servir nada para o Parque, essa é uma lógica que nós não percebemos porque o terreno realmente a parte do lado esquerdo está de um lado da estrada, a parte do lado direito tem outra estrada de lado, portanto, não vemos aqui grandes hipóteses de construir um parque infantil numa zona que é atravessada por carros de um lado e carros do outro. Não estamos totalmente a favor desta proposta e não vamos podê-la votar 100% porque consideramos que ela não é muito benéfica para o fim que a Câmara Municipal propõe fazer.

O Presidente da AML disse: Muito obrigado senhor Deputado. Tem a palavra o senhor Presidente da Câmara Municipal-



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

O Presidente da CML disse: Senhor Presidente e senhores Deputados, vamos ver uma coisa, a Câmara Municipal não compra os terrenos que quer, que seriam os terrenos ideais para a expansão e para resolver os problemas da nossa cidade. A Câmara Municipal compra aqueles terrenos que surgem no mercado à venda ou que consegue às vezes através de contactos convencer os proprietários para os comprar. Portanto, não compramos o que queremos, compramos aquilo que é possível comprar. O facto de ter uma estrada no meio, lá mais acima o mesmo Parque que foi ampliado numa segunda fase também tem uma estrada no meio, também tem um caminho no meio, é verdade, é um caminho pedonal, não é para trânsito automóvel, mas aqui também nada nos garante nesta fase que este caminho tenha que ser de trânsito automóvel. Isso é uma coisa que teria que ser estudada. Depois quero dizer ainda que é exatamente o terreno que diz que não estamos a comprar é exatamente esse aquele onde há uns recipientes, onde as pessoas vazam o lixo, é esse terreno, não é outro.

O Presidente da AML disse: Muito obrigado senhor Presidente. Tem a palavra o senhor Deputado Carlos Martins, do BE.

O Deputado Carlos Martins (BE) tomou a palavra e disse: Este terreno em causa é exatamente aquele onde existe o parque de estacionamento no terrado. Só que do lado contrário da estrada há uma fatia de terreno colado às oficinas da Divisão de Trânsito que realmente não está nada previsto construção ali.

O Presidente da AML disse: Muito obrigado senhor Deputado. Tem a palavra o senhor Presidente.

O Presidente da AML tomou a palavra e disse: Faz parte do terreno que vamos adquirir, senhor Deputado, as coisas não são ideais, quer dizer, é aquilo que é possível, agora se muita gente estiver de acordo, nós retiramos a proposta, mas eu acho que isso é um erro histórico se nós perante a oportunidade de adquirir um terreno tão importante e com aquela dimensão o fizermos. Eu acho que isso é um erro histórico para a cidade, eu não quero assumir essa responsabilidade, mas se os senhores assim entenderem o poder é vosso, nós só propomos a aquisição, a decisão é dos senhores Deputados, portanto, ela está à vossa consideração, aproveitar ou



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

não a aquisição de um terreno de dimensão, que pode resolver problemas importantíssimos para a nossa cidade, mas pronto cada um terá a sua opinião e expressará no momento próprio.

O Presidente da AML disse: Muito obrigado senhor Presidente. Tem a palavra o senhor Vice-Presidente.

O Vice-Presidente, David Pimentel tomou a palavra e disse: Rapidamente senhor Presidente até porque temos pouco tempo, só dar aqui duas breves notas. Primeiro, este é um terreno que hoje e há muitos anos é utilizado pela cidade de Loulé como estacionamento periférico da cidade. É um terreno de um privado e não há qualquer acordo de utilização daquele terreno, aquele terreno se o proprietário entender ta tomar é dele, não é nosso, amanhã pode acontecer. Segunda nota sobre as avaliações, o facto de ter evoluído o valor da aquisição é porque o mercado está a evoluir e quanto mais tarde tomarmos uma decisão pode ser hoje excelente e amanhã pode ser pior, acontece precisamente isto. As avaliações que o senhor Deputado mencionou de uma de 1.016.000,00€ e uma de 1.640.000,00€ e depois logo de seguida está uma de 1.313.000,00€ e outra de 1.435.000,00€, o que lhe estou a querer dizer é que essas avaliações não são feitas por nós, são feitas por peritos credenciados na CMVM e eles analisam a evolução do mercado em função dos valores que em 2023 eram uns e em outubro de 2024 são outros. E se nós tomarmos esta decisão que naturalmente, como o Presidente disse, está nas vossas mãos, nós estamos simplesmente humildemente a propor porque achamos que é um terreno bem localizado, estratégico, utilizado já hoje pela nossa comunidade para estacionar, todas as Assembleias menciona-se que é preciso mais estacionamento na cidade de Loulé, o valor é um valor que está enquadrado nas várias avaliações que aqui estão apenas ao documento, a localização acho que não se coloca, o facto das vias elas podem ser repensadas, estava aqui o senhor Vereador das obras a dizer em função das necessidades que forem aqui desenvolvidas, tudo isto é desenhar a cidade e é para isso que nós aqui estamos também.

O Presidente da AML disse: Muito obrigado senhor Vice-Presidente. Tem a palavra o senhor Presidente.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

O Presidente da CML tomou a palavra e disse: O que eu quero dizer é o seguinte, não sei se os senhores Deputados reparam, a cidade de Loulé está neste momento a crescer, a cidade de Loulé é procurada para muitas empresas, para muitos serviços, para muitas pessoas querem para cá viver e para que não andemos a vida toda a correr atrás, estes momentos em que podemos adquirir espaços para localizar serviços de utilidade pública que possam enriquecer a cidade com estas necessidades que já foram aqui hoje suficientemente expostas, é preciso tomar essas decisões, era um último argumento que eu deixava para que não andemos sempre a correr atrás do prejuízo, que haja alguma capacidade de planeamento para o futuro e para haver nós temos que fazer estas aquisições.

O Presidente da AML disse: Muito obrigado senhor Presidente. Tem a palavra a Deputada Carla Gomes, da CDU.

A Deputada Carla Gomes (CDU) tomou a palavra e disse: A minha intervenção ia aqui um bocadinho no sentido do que também o Deputado Carlos Martins já disse porque realmente nós temos aqui, se fossem feitos os três loteamentos havia uma área de cedência de 5129 metros quadrados, ou seja, 1.250.000,00€ torna-se efetivamente cara a compra deste terreno. E depois o que é que diz o senhor Presidente? É um terreno estratégico que vai resolver problemas importantíssimos da cidade, ok, só que quando se pergunta o que é que está projetado, e quando lhe digo o que é que está projetado, não é o projeto porque para bom entendedor meia palavra basta, o que é que está planeado? Porque quando eu tenho um problema importante na minha cidade eu tenho logo planeado aquilo que eu tenho projetado para aquele espaço. O que é que vai acontecer à estrada que faz a ligação a Salir? Porque exatamente passa, como o senhor Deputado Carlos Martins aqui referenciou, passa lá a estrada. Quantos estacionamentos é que eu vou lá dispensar para a população? 100, 200, 300, 500? Isso é uma coisa que tem pensada. Então se é um terreno estratégico, não está nada pensado? É só ampliação do Parque Municipal que acho que também faz muito bem, falta de espaço verde temos muito e não é só lá, é por toda a cidade de Loulé, há muita zona habitacional que em vez de ter uma estrada e um canteiro devia ter um parque para brincar, mas é isso, se é tão estratégico realmente diga senhor Presidente o que é que pensou efetivamente para lá.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

O Presidente da AML disse: Muito obrigado senhora Deputada. Tem a palavra o senhor Presidente.

O Presidente da CML tomou a palavra e disse: Vamos lá ver uma coisa, a senhora Deputada não deve ter lido a proposta, não leu não, se a senhora Deputada tivesse lido a proposta não fazia as considerações que fez, porque repare uma coisa, está aí tudo dito. Portanto, o que é que vai ser em concreto? O projeto vai definir. Então nesta fase eu não ia fazer projetos, a Câmara Municipal não vai fazer projetos para terrenos privados. Qual é o sentido que isso faz? Eu já sei que isso foi feito aqui há anos nesta casa, eu sei que foi feito, mas isso são coisas que acontece, qualquer um pode errar, mas depois em cima de erros eu não gostaria de repetir os mesmos erros. Fazer projetos para terrenos privados não fazemos, este Executivo recusa-se a fazer e não faremos. Aquilo que vamos fazer, leia a proposta que está lá escrito tudo aquilo que poderemos fazer em concreto, quanto é que mete, qual o número de lugares, não sabemos, só o projeto irá definir isso.

O Presidente da AML disse: Muito obrigado senhor Presidente. Tem a palavra a senhora Deputada Isilda Guerreiro, do CDS.

A Deputada **Isilda Guerreiro (CDS)** tomou a palavra e disse: Muito foi dito sobre este terreno, a bancada do CDS tem aqui uma pequena questão que depois de apresentar as várias propostas de utilidade do terreno, não consegui perceber porque é que passou dos 1200 para os 1250, não percebi, peço desculpa, mas a da altura perdi-me aqui como é que o terreno aumentou 50.000,00€, eu sei que é um valor irrisório, mas gostava de ter percebido. Em relação à proposta, de facto diz várias utilidades, mas não posso deixar de acompanhar a Deputada Carla Ribeiro, não se trata de fazer projetos em terrenos alheios, a Câmara Municipal de Loulé tem e técnicos que percebem das suas matérias. Ora eu, enquanto alguém individual, posso-me deslocar à Câmara Municipal pedir uma reunião com um técnico e dizer “estou a pensar comprar o terreno x, qual é a viabilidade que esse terreno posso ter, posso lá fazer isto, posso lá fazer aquilo” e a Câmara Municipal responde, dá um parecer de viabilidade, que leva imenso tempo esta reunião, é verdade, leva imenso tempo a ter este parecer, o parecer não é vinculativo, mas eu fico a saber, às vezes até dá tempo perder o negócio tal é o tempo que levamos até essa resposta, mas se tivermos paciência e esperarmos, eu fico saber qual é a utilidade que aquele terreno terá dentro



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

(Handwritten signature in purple ink)

daquilo que eu penso fazer. Ora, digo eu, como é que eu particular poderemos fazer essa questão ter a resposta dentro do tempo que a Câmara Municipal tem e a Câmara Municipal tem os técnicos cá dentro não consegue dar essas respostas aos investimentos. Estranha-me esta sua resposta e a sua indignação senhor Presidente permita-me dar esta nota. A bancada não é contra a aquisição, antes pelo contrário, eu acho que se há fundos devem ser aplicados, esta Câmara Municipal tem fundos deve aplicar, deve aplicar em prol da comunidade, faz falta tudo isso que o senhor Presidente ali elencou, a única questão que estas bancadas todas que estão aqui a comunicar dentro daquilo que me foi dado a ouvir foi qual é o plano em concreto? O senhor Vice-Presidente esclareceu sim, podemos pensar em mudar a estrada, gostei de ouvir, mas é assim podemos, podemos, nós quando fazemos uma aquisição deveremos ter capacidade de convencer a quem está aqui o que é que vamos lá fazer e parece-me que estamos aqui a comprar porque nos apetece comprar à pressa e depois logo se vê o que é que se faz. Isto aqui é um pouco brincar com o dinheiro dos outros, não deixando de assinalar que vamos dar o nosso parecer favorável a esta aquisição, mas parece-me um pouco descaso estas respostas que são dadas aqui aos meus caros colegas Deputados.

O Presidente da AML disse: Muito obrigado senhora Deputada. Tem a palavra o Deputado Telmo Pinto, do PS.

O Deputado Telmo Pinto (Presidente da Junta de Freguesia de Quarteira) tomou a palavra e disse: 8200 metros quadrados a 470 metros do centro de Loulé, urbanos, e nós estamos a discutir o que é que vamos lá fazer. Eu vou-vos dar mais ideias para fazermos. Quando eu estive como adjunto na Câmara Municipal de Loulé andamos a falar destes terrenos todos até lá em cima à Circular e nem que fosse para se posicionar nesta zona, porque é para aqui que vai a expansão, uma das coisas que se falava era o crescimento do rugby e a quantidade de miúdos que hoje em dia não têm condições quase para praticar com a falta de um campo. Mas se eu não comprar estes 8200 nunca vou ter aquela escala que quero para a ampliação do Parque, isso nem é discussão o que é que se vai lá fazer, na minha opinião. Porque na zona onde está, a 470 metros, não, porque eu estou a dar um exemplo daquilo que posso fazer, isto é um exemplo, é a pura das verdades, se Loulé não comprar a 470 metros do centro de Loulé uma área urbana de 8200 metros quadrados está a perder, tem aqui a oportunidade para fazer tudo e a ampliação do Parque é esta inclusive com o campo,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

com a modalidade do rugby que cresceu nas últimas décadas imenso e que não temos condições para fazer muito mais é para aqui que vai ampliar e isto também é área de ampliação do Parque, esta também é área de ampliação do Parque.

O Presidente da AML disse: Muito obrigado. Tem a palavra o senhor Deputado Carlos Costa, do PS.

O Deputado **Carlos Costa (PS)** tomou a palavra e disse: Eu queria dizer aqui nesta matéria porque faz todo o sentido e é uma questão que até pessoalmente como Deputado me apelo, este terreno vai ser adquirido agora pelo preço que tinha há 3 anos, se ele vai ser adquirido ao preço que tinha há 3 anos até me parece uma boa aquisição, face à valorização dos terrenos. Senhores Deputados o ótimo é inimigo do bom, a argumentação do nosso Grupo Municipal do PS nestes mandatos todos anteriores desde 2013, o Executivo Municipal a questão dos terrenos a norte do terminal rodoviário para diversos fins nomeadamente estacionamento, a construção de um edifício municipal onde albergue todos os todos os serviços. Portanto, para nós esta bolsa de terrenos e nomeadamente este a adquirir, é pena que seja só este, é pena que não houvesse mais área aqui para construirmos aqui um novo polo, uma nova centralidade na cidade e do ponto de vista do que seria um projeto da malha urbana da cidade seguramente esta zona norte é uma zona interessante do ponto de vista que é uma nova centralidade administrativa. Como disse ali o meu camarada Telmo Pinto, a exigência de apresentar um projeto perfeitamente definido para o objetivo, aqui é a bolsa de terreno, já está definido aqui o que é essa utilização, é pena que não se consiga aqui mais pois esta zona é uma zona importantíssima para criar uma nova centralidade.

O Presidente da AML disse: Muito obrigado senhor Deputado. Tem a palavra Hélder Faísca, do PSD.

O Deputado **Hélder Faísca (PSD)** tomou a palavra e disse: É só para dizer que a bancada do Partido Social Democrata é favorável à aquisição do terreno, nem sequer põe em causa o valor, simplesmente consideramos que, atendendo ainda por cima ao tempo que medeia entre o início, a intenção, e agora a aquisição deveria de haver algo mais concreto. É evidente que a Câmara Municipal não tem que fazer projetos em terrenos alheios, mas tem arquitetos, podia haver um parque subterrâneo com x



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

lugares, mas de qualquer maneira vamos dar o benefício da dúvida e acreditar que vai sair dali um projeto bonito.

O Presidente da AML disse: Muito obrigado senhor Deputado. Tem a palavra Sandra Castro, do CHEGA.

A Deputada **Sandra Ribeiro (CHEGA)** tomou a palavra e disse: Pois isto é tudo muito bonito com o dinheiro dos outros faz-se tudo, portanto, o terreno até podia custar 2.000.000,00€ ou 3.000.000,00€, era indiferente, queremos comprar o terreno, não nos custa a ganhá-lo, portanto, vamos embora, compra-se à vontade. Agora eu queria que alguém traduzisse o que está no último relatório feito em outubro deste ano que diz o seguinte: "condiciona-se esta avaliação a informação oficial de loteamento da Cerca, conforme o documento fornecido e informação por parte do cliente. Foram consideradas as informações de índices urbanísticos para a avaliação do imóvel. No caso da informação já submetida e com data caducada não vir a ser aprovada pela Câmara de Municipal de Lisboa o lote terreno terá uma depreciação de valor considerável a rever nesta avaliação, caso o artigo rústico não venha a ser urbanizável, portanto, senhor David Pimentel se conseguir traduzir agradeço muito."

O Presidente da AML disse: Muito obrigado senhora Deputada. Tem a palavra o Vice-Presidente.

O Vice-Presidente, **David Pimentel** tomou a palavra e disse: Bom, vamos lá ver se eu consigo sintetizar aqui as informações que me foram colocadas. Sobre o valor da avaliação e a evolução pouco significativa creio que foi essas as palavras que a senhora Deputada Isilda utilizou, a evolução é muito significativa, este é um processo que não foi uma compra à pressa, estamos a falar de um terreno que está a ser negociado há um ano e meio e que o proprietário entendeu que queria que o terreno quando recebesse uma proposta firme da Câmara Municipal pelo menos consagrassse o valor da evolução da inflação e esta evolução está perfeitamente salvaguardada nas avaliações. Segundo, a cedência ao espaço público só existe quando existe construção e os relatórios de avaliação consideram a área de construção a área urbanizável e o valor da área que é cedida é considerado de uma forma completamente distinta, portanto, os relatórios de avaliação eu não sou perito avaliador, estas entidades são credenciadas pela CMVM e temos utilizado sempre



*C.
C.
Mayer*

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

avaliações de peritos credenciados para secundar as propostas, não é por vontade do Executivo de adquirir ou não adquirir que nós fazemos propostas acima dos preços de mercado, os preços de mercado são determinados nestas avaliações. Depois, projetar num terreno que não está adquirido, quando se liberta um recurso técnico de uma Câmara Municipal para fazer um trabalho, primeiro normalmente muitas vezes até os projetos são feitos fora, aquilo que o Presidente estava a dizer é uma circunstância de um projeto que até foi bastante dispendioso ao erário público feito num terreno que havia uma intenção e que em prazo útil não chegou a ser adquirido pelo Município e esse projeto acabou por nunca ser executado. E o que se está a evitar é, seja um custo externalizado ou seja um custo interno, sim, porque quando temos um recurso humano que em vez de estar a fazer os projetos nas áreas que são nossas e nos projetos que podemos desenvolver e nos terrenos que já são nossos estamos a colocá-lo a fazer um desenvolvimento de um projeto num terreno que não é nosso, não faz sentido. Não faz sentido, mas em todo caso mesmo não sendo específico, o que o Presidente disse e está inequivocamente, não está o projeto, está o conjunto das intenções que o Município tem, é vontade constituir neste lugar ou aprofundar e alargar da resposta desportiva e de lazer neste equipamento promovendo a ampliação do mesmo com o propósito de incentivar dinâmicas entre gerações. Pretendemos igualmente criar um estacionamento subterrâneo para servir a cidade a norte e simultaneamente servir os equipamentos contíguos existentes e futuros. Ainda agora falava-se aqui do futuro Metrobus, temos ali estação terminal rodoviária e temos uma enorme pressão da necessidade de estacionamento a 5 minutos a pé do centro da cidade de Loulé, e também está aqui no âmbito da ação climática porque efetivamente este espaço de descompressão urbanístico será importante para plantar árvores. Sobre as avaliações, as avaliações são feitas com base na realidade de um terreno que tem a componente urbana e tem uma componente de cedência de espaço e obviamente os avaliadores fazem função daquilo que está desenhado em termos das plantas de condicionamento do PDM e é com base nisso que eles fazem a avaliação. Se o Município não entende promover construção porque entende que é fundamental e vital e acho que isso é unânime aqui entre todos criar mais espaços de descompressão urbanística, mais espaços de verdes de fruição das pessoas, mais estacionamentos, é exatamente isso que o Município está a fazer e que tem avaliações que secundam perfeitamente o valor da avaliação e, sim, não há nenhuma pressa, há identificação de um ativo importantíssimo para a cidade de Loulé, conforme o Presidente disse se esta



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

Assembleia entender retirar a proposta é retirada, e agora é uma opinião pessoal que aqui partilho, estamos a perder uma excelente oportunidade de comprar um terreno absolutamente estratégico que seguramente o projeto de execução virá a esta Assembleia Municipal e será algo que nos vai orgulhar a todos.

O Presidente da AML disse: Tem a palavra Sandra Ribeiro, do CHEGA.

A Deputada **Sandra Ribeiro (CHEGA)** tomou a palavra e disse: Eu pedi ao senhor David Pimentel para me traduzir este parágrafo que vem nas observações do último relatório de outubro deste ano. Eu posso repetir para que todos oiçam, "condiciona-se esta avaliação a informação oficial de loteamento da Cerca conforme documento fornecido e informação por parte do cliente, cliente Câmara, foram considerados informações de índices urbanísticos para a avaliação do imóvel. No caso de informação já submetida e contacta caducada não vira ser aprovada pela Câmara Municipal de Loulé o lote de terreno terá uma depreciação de valor considerável a rever nesta avaliação caso o artigo rústico não venha a ser urbanizável

O Presidente da AML disse: Tem a palavra o Vice-Presidente.

O Vice-Presidente, **David Pimentel** tomou a palavra e disse: Eu não tenho nenhum esclarecimento adicional, acho que aquilo que está escrito é claro, quando se adquire um terreno com um propósito de urbanizar e tem um loteamento aprovado ele tem um valor distinto do que quando estamos a comprar um terreno não tem um loteamento aprovado, mas o Município não tem intenção de edificar lá nada, a intenção do Município é adquirir um terreno para evitar que ele seja urbanizável e é um dos poucos espaços próximos do centro da cidade que ainda é plausível nós defendemos. Agora se os senhores Deputados mesmo assim não se sentem confortáveis, conforme o Presidente disse, retirar-se à proposta. Em todo caso analisem com frieza aquilo que está aqui a ser dito, as avaliações são feitas em função de um índice urbanístico e que o Município entende que não quer urbanizar neste terreno porque tem outras finalidades que estão perfeitamente descritas na proposta, não estão delineadas ao milímetro, mas está lá inscrito tudo aquilo que queremos desenvolver neste terreno e é um terreno conforme foi dito aqui que dista a menos de meio quilómetro do centro da cidade de Loulé e digam-me quantos terrenos é que temos nessas condições na cidade de Loulé que eu seguramente dir-vos-ei que não há muitos, haverá outros



*d.
Miguel*

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

provavelmente não há mais nenhum que esteja neste momento no mercado em condições de ser adquirido por todos nós.

A Deputada Sandra Ribeiro (CHEGA) tomou a palavra e disse: Então concorda que caso aquilo a que se destina, ou seja, segundo o relatório se não viermos a fazer construção neste terreno ele não tem este valor é isto que está aqui a dizer, é muito claro. Portanto, a Câmara Municipal está a adquirir este lote se não for para este fim ele está por um valor inflacionado. Ele só tem este valor se for a este fim que está aqui. Concorda comigo ou não?

O Presidente da AML disse: Tem a palavra o Vice-Presidente.

O Vice-Presidente, David Pimentel tomou a palavra e disse: Qual é o valor de um terreno com pulmão dentro da cidade de Loulé como o Parque Municipal? Se tivéssemos lá construído com certeza absoluta que seria mais valioso no sentido económico e financeiro de uma urbanização no sentido da transação a preços de mercado. Quanto é que vale aquilo para a comunidade de Loulé? Está ali mesmo ao lado. Mesma lógica em relação a Quarteira, temos um terreno no centro da cidade de Quarteira onde se faz o Mercado das Quartas-feiras, o valor de mercado daquele terreno se fosse edificado era tremendamente superior numa lógica economicista financeira de transação de imóveis, aquele valor que ali está preservado para um pulmão verde na cidade de Loulé vai ter um valor imenso que não é quantificável numa avaliação porque os espaços verdes não têm o mesmo valor por metro quadrado de um espaço urbano, isso é aqui e em todas as cidades do mundo, mas não é por causa disso que não se luta para ter espaços de descompressão urbanística e é isso que estamos aqui a fazer.

Passou-se à votação:

i) - Proposta da Câmara Municipal n.º 2178-2024 [UOSJ] - Aquisição do prédio rustico, situado na Amada ou Santa Luzia, freguesia de S. Clemente, concelho de Loulé, inscrito na respetiva matriz predial sob o art.º 2698, descrito na CRPL sob o n.º 3376, pelo preço de 1.250.000,00€ (um milhão, duzentos e cinquenta mil euros); para deliberação;



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

A proposta foi **aprovada por maioria**, com 29 votos a favor, (21 PS, 7 PSD, 1 CDS) e 5 abstenções (2 CHEGA, 1 BE, 1 CDU, 1 PAN). -----

O **Presidente da AML** disse: Tem a palavra senhor Deputado Carlos Martins, do BE.

O Deputado **Carlos Martins (BE)** disse: É só para informar a Mesa depois faremos chegar uma Declaração de Voto sobre este assunto. -----

O **Presidente da AML** disse: Queria esclarecer à Assembleia e o senhor Presidente sobre a questão que há pouco coloquei relativamente à pergunta feita pelo Deputado Carlos Martins e em relação à qual o senhor Presidente ficou de responder posteriormente por escrito. O artigo 29, Direitos dos Deputados, na sua alínea f) refere como direito dos Deputados nas sessões da Assembleia, apresentar à Câmara Municipal perguntas para resposta oral ou escrita. Os requerimentos orais ou não dos Deputados são respondidos aos Deputados que os fazem. Daí a proposta de alargar a resposta a todos os grupos municipais. Não foi nenhuma chamada de atenção, nem repreensão. O direito a difundir a informação solicitada por um Deputado não compete à Mesa ou ao seu Presidente, daí a questão levantada. Penso que fica a questão esclarecida. O nosso Regimento diz que é direito do Deputado fazer perguntas orais ou escritas. As respostas a esses requerimentos são respostas que são dadas ao Deputado que as fez, não são fundidas aos outros Deputados, daí eu ter colocado a questão se esta pergunta e este requerimento oral feito pelo senhor Deputado se podia estender a todos os Deputados e como tal responder a todos os grupos municipais. Porque caso contrário só o senhor Deputado é que receberia a sua resposta senhor Presidente, os requerimentos que são feitos ao Presidente por qualquer Deputado são respondidos exclusivamente esse Deputado. -----

O **Presidente da CML** disse: Com certeza que sim, mas para mim como Executivo e responsável pelo Executivo quando respondo a um Deputado é evidente que a resposta pode ser difundida para todos os membros da Assembleia e isso é uma prerrogativa do senhor Presidente se quiser fazer ou não exatamente.-----

O **Presidente da AML** disse: Exatamente o que eu tentei explicar, senhor Presidente, é que não uma prerrogativa minha, daí eu aqui e à frente de todos de ter feito a



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

proposta para que a pergunta feita pelo senhor Deputado fosse respondida a todos porque se fosse só ao senhor Deputado a fazê-la só ele é que recebia a resposta, daí eu ter alargado para resposta a todos. Pronto, mas é que pareceu que interpretou como má vontade minha, quando é apenas o cumprimento do Regimento. Os requerimentos feitos pelos Deputados são respondidos exclusivamente aos Deputados, foi ele que pediu, é ele que tem a resposta, não difundo pelos outros Deputados.

Passou-se ao ponto seguinte:

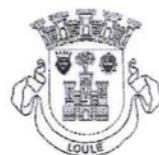
j) - Proposta da Câmara Municipal n.º 1800-2024 [UOSJ] - Proposta de 2^a Adenda ao Contrato de Comodato celebrado a 14 de março de 2022, entre o Município de Loulé e o Centro Académico de Investigação e Formação Biomédica do Algarve - ABC-Algarve Biomedical Center; para deliberação;

O Presidente da AML disse: Tem a palavra senhor Presidente.

O Presidente da CML tomou a palavra e disse: Essa proposta que aqui vem hoje de alargamento do prazo de comodato de cedência do terreno e do espaço onde está em fase de conclusão um laboratório de genética médica, vem aqui a passagem da concessão de 5 para 10 anos porquê? Porque a CCDR nos chamou a atenção de que o investimento em equipamento é bastante significativo e que não se entendia perfeitamente adequado um prazo para o contrato de comodato de apenas de 5 anos e o que faria sentido, dado ao volume de investimento já feito, era passar para 10 anos. Portanto, essa é a razão deste pedido que está perante os senhores Deputados para poderem aprovar ou não conforme o vosso entendimento. Alguma questão mais estou disponível para responder.

O Presidente da AML disse: Muito obrigado senhor Presidente. Tem a palavra a Deputada Ana Poeta, do PAN.

A Deputada Ana Poeta (PAN) tomou a palavra e disse: Senhor Presidente, este Executivo nas últimas semanas tem referido que não iria penhorar o futuro do próximo Executivo com determinadas opções orçamentais, portanto, assim sendo eu acho que devíamos ser congruentes com esse posicionamento. Se este contrato foi assinado



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

em 2022 e tem uma vigência de 5 anos só terminará em 2027, portanto, esta decisão deverá ser tomada pelo próximo Executivo e não hoje com esta pressa toda. -----

O Presidente da AML disse: Muito obrigado, tem a palavra o senhor Vice-Presidente.

O Vice-Presidente, David Pimentel tomou a palavra e disse: Senhora Deputada Ana Poeta, aqui não há nenhuma decisão orçamental até porque não há nenhum compromisso financeiro, aqui há um compromisso da cedência de um espaço por acordo de comodato que não tem nenhuma contrapartida financeira. Agora factualmente temos ali milhões de euros do erário público investido via CCDR de fundos europeus em equipamento, conforme creio que todos já têm conhecimento e alguns até já com certeza visitaram algum do material até estava no centro de treino em simulação na rua de Betunes, creio que alguns dos Deputados estiveram lá a verificar-lo. Esse equipamento está agora nesta unidade e o prazo de amortização desses equipamentos é superior aos 5 anos. Manda a prudência e neste caso até foi por envolvimento da CCDR e do ABC junto da Câmara Municipal que o contrato acompanhe o prazo de amortização dos equipamentos adquiridos com base em erário público e essa é a verdadeira razão pela qual há uma ampliação do prazo antes mesmo do final deste mandato para que efetivamente a amortização de equipamentos adquiridos com erário público, financiamentos europeus, tenha o seu prazo de amortização e de utilização em função de um espaço físico que está adstrito a esta finalidade do laboratório de genética médica.-----

O Presidente da AML disse: Muito obrigado, tem a palavra o senhor Deputado Bruno Guerreiro, do PSD. -----

O Deputado Bruno Guerreiro (PSD) tomou a palavra e disse: Na sequência desta proposta dobrar e do espaço temporal do contrato de comodato, tem chegado a esta bancada vários pedidos de esclarecimentos do porquê de o ABC estar a beneficiar tanto por parte desta Autarquia, tem sido terrenos, instalações, verbas, etc., etc. Ora sendo o ABC um consórcio entre a Universidade do Algarve e o Centro Hospitalar do Algarve, se a Câmara Municipal de Loulé pretende ser tão ativa no processo porque não se junta ao consórcio? Desse modo, não seria tão difícil os louletanos entenderem este apoio tão efusivo a um consórcio que não é louletano e de futuro até podia salvaguardar algumas decisões e integração na parte da administração do próprio



J
C
M
Mayer

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

consórcio pessoas ligadas ao município.

O Presidente da AML disse: Muito obrigado. Tem a palavra o senhor Presidente.

O Presidente da CML disse: Obrigado pela questão que levantou. Em primeiro lugar quero lhe dizer que o Município de Loulé tem de facto sido muito ativo nesta parceria, porque esta parceria visa pôr de pé um conjunto de valências na área da investigação médica que naturalmente vai beneficiar muito as pessoas em geral, aliás, já estão a beneficiar neste momento, o Centro de Imagiologia Médica instalado provisoriamente junto ao Pavilhão Joaquim Vairinhos neste momento já começou a fazer exames. Em breve o Laboratório de Genética Médica e análises complexas e outras atividades que eram feitas até agora não no Algarve, mas só em Lisboa, vão passar a ser feitas aqui em Loulé e no fundo o objetivo último é nós constituirmos aqui em Loulé um ecossistema de inovação e investigação na área das ciências biomédicas que só pode valorizar tremendamente este Município e toda a região, porquê? Porque vamos fazer alguma coisa, com um potencial de desenvolvimento e da alavancagem do desenvolvimento do Algarve para o futuro, que no sul do país não existe, daí nós investirmos umas verbas significativas para desenvolver este projeto. Aquilo que o senhor colocou porque é que a Câmara Municipal não toma parte na estrutura do Algarve Biomedical Center que, como diz muito bem, é uma parceria entre o CHUA e o Centro Académico da Universidade do Algarve não é nada que nós já não tivéssemos internamente equacionado, mas como a dada altura achamos que provavelmente a proposta não seria totalmente bem acolhida não o fizemos, mas é uma coisa que estaremos sempre a fazer, como agora mudou, digamos, mudaram os responsáveis da Unidade Local de Saúde do Algarve é provavelmente uma questão que pode voltar a ser equacionada, não tenho problemas nenhuns nisso, mas uma coisa não impede a outra, é que não impede, e acho que o senhor Deputado Bruno Guerreiro não está a querer dizer que este é um projeto que não valha a pena, ou que é um projeto que tem um grande custo para o erário público municipal do Município que felizmente tem recursos financeiros para se abalancar a investir em projetos desta grandiosidade e consequência futura para a nossa região. Penso eu que não estará a dizer isso e, portanto, vale a pena esta aposta estratégica porque nós no futuro, o concelho de Loulé porque não é só aqui em Loulé, é em Loulé e é em Quarteira, é preciso que tenhamos isto presente, mas falamos agora mais de Loulé, é o projeto que está a avançar mais rapidamente, é novo, não é mais do mesmo, a base



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

económica do Algarve vai deixar de ser apenas e só a atividade turística ou a atividade agrícola, que além do mais é altamente discutível o seu benefício para a nossa região. Nós estamos aqui a propor um projeto muito importante que aliás deixe-me dizer que o Reitor da Universidade de Lisboa muito recentemente anunciou uma parceria idêntica com a Câmara Municipal de Oeiras para levarem a cabo a construção de um Centro de Precisão Médica, portanto, é um projeto de características muito semelhantes àquele que já está muito mais adiantado e muito mais evoluído na cidade de Loulé, mas é exatamente um projeto desta natureza que a Universidade de Lisboa conjuntamente e com o investimento da Câmara Municipal de Oeiras vai levar a cabo também em Lisboa. Nós estamos aqui numa aposta que lentamente tem vindo a conquistar apoio, os senhores têm ido têm presenciado têm visto e julgo eu que todos já se aperceberam da importância futura daquele projeto que ali está.

O Presidente da AML disse: Muito obrigado. Tem a palavra o senhor Deputado Bruno Guerreiro, do PSD.

O Deputado **Bruno Guerreiro (PSD)** tomou a palavra e disse: Concordo em 95% com o que o senhor disse, a única situação aqui que acho que se calhar não fiz passar a ideia é que basicamente o concelho de Loulé está-se a substituir à tutela no investimento e sendo este o investimento feito com dinheiro do Município, dinheiro dos louletanos, seria prudente que tivéssemos alguma capacidade de decisão nas decisões futuras que a administração do ABC faça. Se estamos lá a investir tanto também temos que ter poder de decisão porque senão estamos a dar muito em troca de quase nada, ou melhor quase nada a nível de poder de decisão, porque a nível de facultarmos tratamentos e tudo mais e valências à nossa população estamos de acordo, agora acho que se estamos a dar tanto também temos que ter algum poder de decisão.

O Presidente da AML disse: Muito obrigado. Tem a palavra o senhor Presidente da Câmara.

O Presidente da CML tomou a palavra e disse: Eu decisão não iria tão longe, uma vez que são centros de produção científica e, portanto, acho que a Câmara Municipal pode equacionar, como eu disse, vir futuramente a fazer parte, a ideia não me choca absolutamente nada, só por uma questão de oportunidade é que não foi formalmente



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

apresentada e, portanto, agora como calcula não está na competência do Município interferir naquelas que são opções de um mundo que nos é absolutamente estranho, primeira situação. Segunda situação, houve uma alteração recente à lei dos Municípios, à Lei 75, onde os municípios passam a ter a possibilidade legal de se associarem e desenvolverem projetos na área da ciência. Isto é novo, é qualquer coisa que não está, nem poderia estar, como comprehende, fora do âmbito das nossas responsabilidades e competências legais, este é outro aspeto que lhe queria deixar. E, por último, quero-lhe dizer que naturalmente nem eu permitiria que de outra maneira pudesse ser, é que aquilo vai mesmo servir a população de Loulé, aliás, já está a servir. O senhor sabe quanto é que custa uma ressonância magnética daquelas que estão neste momento já a ser feitas? A crianças até que esperavam há anos e pessoas que esperam há anos para ter exames? Custa muito dinheiro. Sabe quanto é que essas pessoas têm, aquelas que já fizeram que são ainda poucas o projeto está a entrar agora em velocidade de cruzeiro, não custa nada porque é feito através do Serviço Nacional de Saúde, portanto, isso é já o primeiro sinal de que este complexo de que estamos aqui a falar e temos vindo sucessivamente a aprovar e bem pelos senhores aqui e pelo Executivo Municipal, este projeto é muito importante e vai ter claramente uma utilidade pública no interesse da saúde das pessoas do concelho de Loulé, de todo o Algarve e para e não sei se do baixo Alentejo, isso depende porque as pessoas são mandadas para aqui, são encaminhadas através do CHUA, o Centro Hospitalar Universitário do Algarve, o Hospital Central de Faro.

O Presidente da AML disse: Muito obrigado. Tem a palavra o senhor Deputado Bruno Guerreiro, do PSD.

O Deputado **Bruno Guerreiro (PSD)** tomou a palavra e disse: tal como o senhor disse, o Serviço Nacional de Saúde manda as pessoas, as pessoas fazem e não pagam, mas o Serviço Nacional de Saúde paga o serviço ao ABC, correto?

O Presidente da AML disse: Muito obrigado. Tem a palavra o senhor Presidente da Câmara.

O Presidente da CML tomou a palavra e disse: Eu não lhe sei responder essa pergunta que eu não sei, o que eu sei é que as pessoas não pagam, estamos a falar de investimento da Câmara, do erário público municipal de Loulé que depois vai



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

prestar serviços às pessoas na área da saúde e as pessoas não pagam, isso é que eu sei e que essa é uma boa decisão nossa porque estamos a investir dinheiro nosso na saúde das pessoas. Porque se não existir aquele equipamento e outros que vêm aí, as pessoas não têm outro recurso se não recorrer aos laboratórios privados e aí pagam muito dinheiro. E sabe uma coisa, senhor Deputado, sabe que eu sei que sabe, há muita gente não tem dinheiro para isso. -----

O Presidente da AML disse: O Executivo esgotou o tempo e esgotou o tempo também concedido pelo Partido Socialista. O Regimento permite que continue a ser cedido tempo para que responda às perguntas feitas pelos Deputados, exige-se é maior rigor e síntese nas respostas. -----

Tem a palavra o senhor Deputado Carlos Martins, do BE. -----

O Deputado Carlos Martins (BE) disse: Sobre esta proposta, há dois ABC, há o ABC que foi constituído por despacho do Ministro da Educação e da Saúde que é o ABC – Algarve Biomedical Center e depois foi criada uma associação para o desenvolvimento do ABC e esta associação é que gera os negócios, entre aspas, de tudo isto, inclusive, do que vai ser feito na rua do cemitério ou que irá ser feito no futuro edifício que há de ser construído e que está a ser feito junto ao Pavilhão Joaquim Vairinhos. O que está em causa aqui, parece que está a haver aqui uma preocupação excessiva de uma coisa que está em vigor e só acaba daqui a 3 anos, ainda por cima está lá escrito que é renovável por mais 5 anos, eu acho que por uma questão de justiça para quem vem daqui a 9 meses poder ser ele a decidir a renovação. Assim parece-me que é uma coisa à pressa que estamos aqui a decidir sem razão nenhuma. -----

O Presidente da AML disse: Muito obrigado. Tem a palavra o senhor Presidente da Câmara -----

O Presidente da CML tomou a palavra e disse: vamos lá ver, senhor Deputado, a questão foi colocada ao ABC, trata-se de financiamento para uma coisa que todos até hoje aprovaram, eu não vejo qual é a dificuldade e nem vejo em que é que isso possa hipotecar, é que não percebo, não estamos a falar de nenhum empréstimo de milhões, não estamos a falar nada disso, em que é que isso pode hipotecar o futuro do próximo Executivo que vier, não percebo, desculpe, e é isso senhor Deputado Carlos Martins



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

e deixe que lhe diga isto, é aí que nós notamos de uma forma subliminar que o senhor ainda, provavelmente, não concorde inteiramente com o projeto do Algarve Biomedical Center aqui em Loulé, embora tenha aprovado sempre que é curioso, mas são estes sinais que às vezes a mim me deixam preocupado e que podem ser entendidos por quem o ouça ou quem esteja a assistir a estes trabalhos como reservas, mas votemos, peço aos senhores Deputados que votem.

O Presidente da AML disse: Muito obrigado. Tem a palavra o senhor Deputado Carlos Martins, do BE.

O Deputado Carlos Martins (BE) tomou a palavra e disse: Eu não percebo o senhor Presidente, cada vez que se fala do ABC fica nervoso, quer dizer não percebo porquê quer dizer e depois afirma-se umas coisas que não conduzem à realidade. Eu sou 100% a favor do Serviço Nacional de Saúde e tudo o que for investimentos que possam ir para o Serviço Nacional de Saúde, eu sou a favor, agora quando fico preocupado sim, quando esses investimentos que deviam ser canalizados para o Serviço Nacional de Saúde são colocados para outro tipo que também é para o Serviço Nacional de Saúde, mas que até agora ainda falta chegar lá, portanto, o projeto ABC, como já o disse na sexta-feira, tinha uma composição e ao longo destes 6 anos tem sofrido alterações sucessivamente e é por isso que o projeto passou de 6 para 30.000.000,00€. Sobre isto em concreto, eu não vejo ninguém está contra a renovação do contrato ou acabar com o contrato, o senhor Presidente está a exagerar, o contrato está em vigor, qual é o problema? Se ele tivesse em fim de caducidade, tudo bem, mas não, portanto, não vejo o seu problema. E dizer que a Câmara Municipal de Loulé é sócia da Associação para o Desenvolvimento do ABC, pagou uma cota de 1000€ que foi aprovada por esta Assembleia para ser sócio do ABC, a Associação do Desenvolvimento ABC.

O Presidente da AML disse: Muito obrigado. Tem a palavra o senhor Deputado Victor Coelho, do PSD.

O Deputado Víctor Coelho (PSD) tomou a palavra e disse: Em relação àquilo que esta bancada colocou há pouco através do meu colega Bruno e em relação às preocupações que esta bancada tem recebido e aquilo que é a parceria entre a Câmara Municipal de Loulé e o ABC são somente porque efetivamente existe um



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

apoio incondicional que nós não colocamos em causa por parte da Câmara Municipal de Loulé, mas que existem municípios que não o entendem. E não entendem porquê? Porque sendo um projeto de âmbito regional, nós a nível de Câmara Municipal de Loulé ou a Câmara Municipal de Loulé está a ter um peso extraordinário ao lado de todas as outras que não estão a acompanhar esse mesmo peso. Portanto, existirá aqui uma circunstância em que efetivamente ou, tal como disse o meu colega Bruno, a Câmara Municipal de Loulé poderá e deverá estar a fazer parte do consórcio ou então propor à AMAL que todos os municípios do Algarve possam também fazê-lo, de maneira a que estejam todos em igualdade porque efetivamente a Câmara Municipal de Loulé está a fazer um esforço, e não está aqui em causa que seja feito, pelo contrário, creio que toda a gente aqui dentro desta sala o apoia, agora aquilo que existe aqui é efetivamente uma circunstância que nós estamos a apoiar, nós efetivamente temos muita população no Algarve mas não temos o Algarve todo, o Algarve é muito grande e este consórcio certamente tem um benefício para todo o Algarve se efetivamente esta circunstância serve para algo também poderá servir efetivamente para um problema que existe nos Centros Hospitalares do Algarve, onde todos nós sabemos historicamente há anos que existem problemas gravíssimos principalmente nas urgências, mas não só. Nas urgências, eu infelizmente há pouco tempo tive essa experiência com familiares meus, e aquilo que existe dentro dos nossos hospitais também é dramático e sendo que a Câmara Municipal de Loulé, e bem, está preocupada com esta circunstância, os colegas da AMAL também deverão estar preocupados e provavelmente unirem esforços de maneira a que os Centros Hospitalares do Algarve, de Faro e Portimão, possam resolver esses problemas até com a ajuda dos municípios porque é para o bem-estar das nossas populações visto que estamos aqui a falar efetivamente de uma circunstância em que nós estamos também a substituirmos a tutela.

O Presidente da AML disse: Muito obrigado. Tem a palavra o senhor Presidente da Câmara.

O Presidente da CML disse: Foi dito aqui que a Câmara Municipal de Loulé se está a substituir ao estado que era o SNS que devia criar isso, o SNS investir na área da investigação científica bem podemos esperar todos sentados. Não, isso não vai acontecer, o SNS contrata médicos, constrói ou apoia a construção de equipamentos



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

hospitalares.

O Presidente da AML disse: Muito obrigado. Tem a palavra o senhor Deputado Victor Coelho, do PSD.

O Deputado Víctor Coelho (PSD) tomou a palavra e disse: Só uma questão, eu não estou a colocar aqui o SNS, estamos a colocar aqui a questão do consórcio porque o consórcio é de duas entidades que são duas entidades que não têm absolutamente nada ver com a Câmara Municipal de Loulé, nem nada a ver com particulares, tem a ver com questões que são tuteladas, são da tutela.

O Presidente da AML disse: Muito obrigado. Tem a palavra o senhor Presidente da Câmara.

O Presidente da CML disse: Vamos lá ver uma coisa, você diz que isto tem importância regional porque é que só Loulé é que paga, foi a pergunta que me fez. Mas é em Loulé que isto vai ficar localizado, isto não vai para lado nenhum, é aqui em Loulé que vai ficar localizado, nós temos recursos, porque se tivermos à espera até dos privados que nunca fazem investimentos desta natureza e aí o Estado deve entrar, quando o Estado quer de facto dar origem ao surgimento de novos clusters económicos, que é o caso. Não tenha a menor dúvida que o investimento na ciência hoje em dia é estratégico, de tão estratégico que é, que é a própria União Europeia que o recomenda fazer em toda a Europa, isto está no último programa apresentado pela Comissão Europeia em seis pontos, é o terceiro ponto, a importância para toda a Europa no investimento na ciência e muito particularmente na área das ciências biomédicas, está lá escrito, e a seguir, dois meses depois, há o relatório Draghi que refere exatamente a mesma coisa, se a Europa quer recuperar caminho que perdeu em relação aos Estados Unidos da América e à China na área da inovação, na área das tecnologias e da investigação científica, então um grande investimento tem que ser feito agora, há até relatórios que dizem que tem que duplicar o investimento a Europa. Portanto, Loulé, até antes disso, já fez esta opção, porquê? Porque percebemos, quando nos surgiu a proposta, que esta é uma proposta extremamente importante para o desenvolvimento futuro do nosso concelho e da nossa região. É que nós ao investirmos no nosso concelho estamos a servir a região, o país e a Europa. Sabe porquê, senhor Deputado? Porque nós temos hoje no Centro Académico da



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

(Handwritten signature in purple ink)

Universidade do Algarve investigação de ponta, nós temos ali hoje jovens cientistas que são conhecidos internacionalmente e o facto de investirmos, de criarmos as condições, coisa que mais ninguém faria, isso vai até atrair, como já está a atrair, jovens altamente formados que trabalhavam no estrangeiro que regressaram a Portugal e que já estão a trabalhar aqui no concelho de Loulé, e também serve para captar futuros técnicos para o futuro Hospital do Algarve. A diferença entre o nosso grande investimento aqui com o investimento do outro ciclo político que investiu num hospital privado e que ajudou e que hoje se um cidadão precisar de lá ir tem que pagar e paga bem, e foi a Câmara Municipal que apoiou e não foi pouco. A Câmara Municipal e o Estado aqui em Loulé, e ainda bem temos um hospital que funciona e que é bom, mas repare a diferença do investimento, aquilo que está na sua base, a sua filosofia, é que aqui é uma filosofia eminentemente pública de serviço público. Ali temos que pagar, aqui não, e já está a demonstrar que está a prestar serviços gratuitamente. É para ver a diferença das coisas. O próprio Centro de Saúde que estamos em fase de conclusão é também serviço público e é também um Centro de Saúde Universitário que vai articular com a Faculdade de Medicina do Algarve. Portanto, senhores Deputados, a AMAL nunca apoiaria isto, nunca apoiaria porque não estão disponíveis para meter dinheiro onde as coisas vão acontecer nos outros municípios. A AMAL serve para outras coisas. A Câmara Municipal de Loulé meteu algum dinheiro no Autódromo de Portimão, ou a Câmara Municipal de Olhão ou a Câmara Municipal de Vila Real de Santo António? Também tem importância regional para a oferta desportiva e turística da região. Qual foi o dinheiro que a Câmara Municipal de Loulé meteu lá ou outro município qualquer? Foi a Câmara Municipal de Portimão. -----

O Presidente da AML disse: Muito obrigado. Tem a palavra o senhor Deputado Victor Coelho, do PSD. -----

O Deputado Víctor Coelho (PSD) tomou a palavra e disse: Peço desculpa, mas há aqui qualquer coisa que efetivamente eu não estou a conseguir passar ou então não está a conseguir ser entendido. Não está aqui em causa o que quer que seja em relação ao investimento e quando eu falei aqui em relação à AMAL e que o senhor Presidente está a dizer que a AMAL nunca vai aceitar, eu até colocaria as coisas neste sentido. Será que a AMAL alguma vez foi convidada a participar? Porque nós aqui nesta Assembleia, há uns meses, estávamos a discutir a perda duns eventos desportivos que existiram aqui no nosso concelho e nessa altura falamos acerca de



A handwritten signature in blue ink, appearing to read "Mário Alves".

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

um evento desportivo que se passa no Autódromo de Portimão, que o senhor Presidente acabou agora de falar, e onde a Câmara Municipal de Loulé apoia, portanto, quando existe uma situação de uma valência que todos nós acreditamos que é boa para o Algarve, não é só boa para Loulé, portanto, há pouco estávamos a falar de pessoas que vêm fazer ressonâncias magnéticas a Loulé, efetivamente é dentro do concelho de Loulé, da mesma forma que as louletanas vão ter partos a Faro, a circunstância aqui é um benefício regional e sendo um benefício regional e sendo uma circunstância em que toda a região está de certa forma a beneficiar, eu não estou com isto a dizer que a AMAL deve participar. Ou nós efetivamente fazemos parte do consórcio que eu creio, quando digo creio é para justificar as questões que são colocadas hoje em dia pelos municíipes, se veem tanta situação a ser investida no ABC que efetivamente ficam de alguma forma incomodados com a circunstância e aqui a questão é só esta é, se efetivamente a AMAL não está disponível, que não sei se já lhes foi questionado ou não. Mas se a AMAL não está em consórcio entre todas as Câmaras Municipais a participar no consórcio ou a estar dentro do consórcio, nós se efetivamente somos a única Câmara, a Câmara Municipal de Loulé a participar dentro do consórcio, seja por termos as instalações hoje aqui, que amanhã ou depois a administração do ABC pode dizer assim, não agora está ali a Câmara Municipal de Vila Real de Santo António que nos dá não sei quantos edifícios, não sei quantas propriedades, e agora vão para Vila Real de Santo António ou vão para Portimão. Hoje a nossa circunstância em termos financeiros permite-nos, mas amanhã pode permitir a outro município. Aquilo que estamos aqui a falar é em conformidade com a importância regional que este projeto tem, se a AMAL não participa efetivamente será de pensar de uma forma muito contundente que a Câmara Municipal de Loulé ao estar a dar tanto ao ABC poderá participar dentro do consórcio, estar dentro do consórcio, é somente isto. Não está aqui em causa absolutamente nada daquilo que são as capacidades do ABC em prol da nossa comunidade, nada!

O Presidente da AML disse: Vão-me desculpar, mas vejo-me na obrigação de recentrar um bocado o debate. Eu tenho deixado de correr porque este é um assunto estratégico, é um assunto importante para o concelho, é um assunto que mexe também com a opinião pública e daí ter deixado a discussão continuar. Só que ainda temos uma Ordem de Trabalhos para concluir e eu gostava de recentrar sobre esta proposta e nesta proposta nós não estamos aqui a discutir o ABC. Como já foi dito, o ABC já veio várias vezes, eventualmente ainda virá com outras iniciativas. Ainda falta



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

perceber melhor nomeadamente a questão da componente de Vilamoura, como disse o senhor Presidente essa ainda ficará mais para a frente. Mas hoje estamos aqui neste ponto a discutir a questão da adenda ao contrato e a adenda ao contrato não passa pela discussão destes assuntos, passa por perceber que há um contrato que prevê um determinado timing que a não ser alterado não nos permitirá recorrer a fundos comunitários. Se o período for alargado, corrijam-me se eu estiver errado, é esta questão, se for alargado então já será elegível, é esta a questão que está em votação? Tem a palavra senhor Presidente. -----

O Presidente da CML disse: A CCDR questionou o ABC e disse que o que se justifica perante o investimento feito é que o contrato de comodato não seja apenas por 5 anos, mas por 10 anos, que é o tempo em que se prevê que possa ser amortizado o investimento feito que é investimento com dinheiros comunitários e, portanto, foi este pedido da CCDR ao ABC e o ABC por sua vez nos pede a nós porque o contrato de comodato foi feito com o ABC e é natural que assim tenha sido. E é isso que está aqui em cima da mesa, só, para responder concretamente. -----

O Presidente da AML disse: Penso que as questões sobre as quais nos devemos centrar é sobre se este alargamento do prazo de comodato tem ou não efeitos negativos para o Município ou se eventualmente até traz benefícios, não só para o ABC, como para o próprio Município.-----

Tem a palavra o Deputado Hélder Faísca, do PSD.-----

O Deputado Hélder Faísca (PSD) disse: Não é propriamente passar de 5 para 10, é passar de 5 para 10, renovável para mais 10, é passar de 10 para 20. O contrato é de 5 renovável por mais 5 e agora passa de 10 renovável mais 10, passa para 20, não é de 5 para 10, é de 10 para 20.-----

O Presidente da AML disse: Muito obrigado. Tem a palavra o senhor Presidente da Câmara. -----

O Presidente da CML disse: senhor Presidente, está lá escrito é de 5 para 10 anos, o que está na proposta é passar de 5 anos para 10 anos, depois pode ser renovável por mais, mas isso pode ser ou não, agora senhores Deputados quando aquilo tiver em pleno funcionamento e dada a importância, aquilo vai ter ali investigação na área



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

de entomologia médica, nós estamos cheios de mosquitos com doenças gravíssimas que a breve prazo teremos na Europa, na bacia do Mediterrâneo, epidemias de zika, de dengue, nós estamos a falar ali de um centro de investigação médica, entre outras coisas, para não falar nos exames de genética médica que são importantíssimos para tratamento de cancros, nós estamos a falar dessas coisas, senhores Deputados. Desculpem eu não percebo qual é a vossa reserva, não entendo, dizem que não têm reserva, mas a verdade é que todas estas questões denotam alguma falta de vontade de colaborar com uma coisa tão importante e tão estratégica, não é para Loulé, é para o país.

O **Presidente da AML** disse: Muito obrigado. Tem a palavra o senhor Deputado Carlos Martins, do BE.

O Deputado **Carlos Martins (BE)** tomou a palavra e disse. Para terminar a nossa única intervenção sobre este ponto e o nosso contributo, é que deixemos claros que nós não somos conta o projeto que se vai ali desenvolver, que consideramos de interesse para o concelho e para a região, o que está em causa simplesmente é uma alteração do contrato. Mas também se o contrato for alterado o ABC não pode levar o imóvel pois o imóvel é nosso. Portanto, eles podem levar o equipamento, agora o imóvel e as obras que lá foram feitas de remodelação também não as podem levar, portanto, há aqui uma salvaguarda que a Câmara Municipal tem e que nós temos como entidade fiscalizadora de garantia. Essa justificação não cabe muito que a CCDR tinha dito que se não perdem, não sei quê, isso aí, deixe-me que possa não concordar. O problema que está aqui é fácil de resolver, a Assembleia vota e pelo que vejo ninguém está contra, poderá ter reservas e nós também temos, mas o equipamento fica lá todo, não levam nada daqui.

O **Presidente da AML** disse: Eu peço alguma síntese nós temos ainda matérias importantes para discutir e vamos centrar exclusivamente na questão da adenda ao contrato comodato e o aumento de 5 para 10 anos. Tem a palavra senhor Deputado Bruno Guerreiro, do PSD.

O Deputado **Bruno Guerreiro (PSD)** tomou a palavra e disse: Senhor Presidente da Mesa eu concordo consigo também a 95% porque eu acho que isto do contrato de comodato direta ou indiretamente é uma verba virtual e o senhor Presidente da



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

Câmara Vítor Aleixo e bem preocupa-se muito com a população, mas agora faço aqui um termo comparativo. Os nossos idosos louletanos recorrem muito à Santa Casa, sabe quanto é que investimos na Santa Casa nos últimos anos? 600.000,00€? Sabe quanto é que vamos investir no ABC? 30.000.000,00€ e não estou a contar aqui com o valor incalculável do terreno de Vilamoura.

O Presidente da AML disse: Muito obrigado. Tem a palavra o senhor Presidente da Câmara.

O Presidente da CML tomou a palavra e disse: É muito dinheiro aquilo que vamos investir, mas é maior o benefício que virá no futuro para a nossa região e podemos investir, é uma decisão política, que os senhores acompanham ou não, mas até aqui têm acompanhado.

O Presidente da AML disse: Muito obrigado. Tem a palavra o senhor Deputado Victor Coelho, do PSD.

O Deputado Víctor Coelho (PSD) tomou a palavra e disse: Muito rapidamente, senhor Presidente não entende que há pouco quando estava a falar que da nossa parte existiam aqui preocupações. Estas preocupações são claramente preocupações que nos chegam a nós através da auscultação à população, não estamos aqui a tornar isto um caso do PPD/PSD, estamos a tornar isto apenas e única e exclusivamente uma preocupação que nos chega por parte de pessoas do nosso município, não só da cidade de Loulé, e que estamos aqui a expor para benefício principalmente do Executivo e da Câmara Municipal de Loulé. Portanto, aquilo que estamos aqui a fazer, no meu entender e creio que é assim que tem que ser entendido e que deve ser entendido por parte do Executivo, é que estamos a dar aqui uma imagem ou estamos a noticiar aquilo que nos chega e que é preocupação por parte dos nossos munícipes que por vezes pode não chegar ou que pode não ser entendido assim. Não estamos aqui a posicionar-nos numa situação em que estamos contra isto ou contra aquilo, aliás, ainda há pouco o senhor Presidente acabou de dizer que efetivamente nós temos estado sempre posicionados favoravelmente e esta circunstância, não está aqui em causa, está aqui em causa efetivamente aquilo que já foi colocado.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

O Presidente da AML disse: Muito obrigado, tem a palavra o senhor Presidente da Câmara. -----

O Presidente da CML disse: Muito obrigado pela sua intervenção, só lhe queria dizer o seguinte, é pena que não tivessem tido essa preocupação quando decidiram apoiar o projeto do Hospital Particular de Loulé na altura em que apoiaram com tanto dinheiro como apoiaram, é pena que não tenha tido essa mesma preocupação.-----

O Presidente da AML disse: Muito obrigado. Senhor Deputado Victor Coelho, do PSD, tem a palavra. -----

O Deputado Victor Coelho (PSD) tomou a palavra e disse: Eu creio que estamos aqui a entrar num debate que acaba por não ser. Não sei até que ponto é que beneficia a circunstância, mas se vamos falar acerca dos benefícios do Hospital e daquilo que trouxe o Hospital e que há pouco o senhor Presidente estava a dizer que eram privados e só privados, eu posso-lhe dizer assim, caso não saiba, naquele hospital há muitas pessoas que são enviadas através do SNS para serem tratadas e são tratadas dentro da nossa cidade e aquilo também trouxe benefícios para os nossos utentes e para os nossos munícipes. Portanto, independentemente de ser gasto ali 10, 20, 30 ou de em proporção ter uma proporção maior ou mais pequena, eu não sei até que ponto é que a proporção aqui, quando é conjugada entre um projeto e outro, não entra numa posição completamente absurda. Eu creio que não é por aí que devemos entrar e creio que não é por aí que nós devemos de entrar em diálogo direto porque não é um diálogo direto, isto é uma circunstância em que estamos a tentar trazer aqui para dentro uma circunstância para apreciação, somente isso.-----

O Presidente da AML disse: Muito obrigado. Mais algum senhor Deputado deseja usar da palavra? Assim sendo iremos passar à votação. -----

Passou-se à votação: -----

j) - Proposta da Câmara Municipal n.º 1800-2024 [UOSJ] - Proposta de 2ª Adenda ao Contrato de Comodato celebrado a 14 de março de 2022, entre o Município de Loulé e o Centro Académico de Investigação e Formação Biomédica do Algarve



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

- ABC-Algarve Biomedical Center; para deliberação;

A Proposta foi aprovada por maioria com 25 votos a favor (21 PS, 2 CHEGA, 1 BE, 1 PAN) e 8 abstenções (7 PSD, 1 CDS).

Passou-se ao ponto seguinte:

k) - Proposta da Câmara Municipal n.º 2173-2024 [DRU] - Aprovação do Relatório de Avaliação da execução da Operação de Reabilitação Urbana (ORU) e aprovação da Prorrogação do prazo de vigência por mais 7 anos da delimitação a Área de Reabilitação Urbana do Centro Histórico de Loulé - Cidade Intramuros e Mouraria e respetiva Estratégia para uma operação de Reabilitação Urbana Simples; para deliberação;

O Presidente da AML disse; Esta alínea foi retirada, a pedido do Executivo, conforme já informado na sessão anterior, pelo que estamos em condições de passar à alínea seguinte.

Passou-se ao ponto seguinte:

n) - Proposta 17-2024 [AML] - Eleição de Vice-Presidente para o Conselho Fiscal da Fundação António Aleixo no biénio 2025-2026;

O Presidente da AML disse: A proposta diz o seguinte, na sequência das eleições anteriores, a Mesa da Assembleia Municipal propõe que o elemento a integrar o Conselho Fiscal da Fundação António Aleixo no mandato compreendido entre 2025 e 2026, de acordo com o n.º 1 do artigo 18 dos Estatutos desta Fundação se mantenha o Deputado Municipal eleito e que se encontra em funções, André Manuel Rodrigues Dias do PSD. Vão ser distribuídos os boletins de voto. Uma vez que se trata de uma votação nominal ela terá que ser por voto secreto.

Tem a palavra o senhor Deputado Carlos Martins, do BE.

O Deputado Carlos Martins (BE) tomou a palavra e disse: Era só para perguntar se o nosso representante na Fundação António Aleixo tem enviado para a Mesa relatório



*o
O.
Mota*

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

sobre a atividade desta Fundação.

O Presidente da AML disse: Tem sim, aliás, neste momento todos os Deputados têm já. Dei o prazo de 31 de dezembro para que o relatório seja até ao fim do ano e já há um modelo próprio, já toda a gente está a fazer os relatórios.

Passou-se à votação:

n)- Proposta 17/2024 sobre a eleição do Vice-Presidente do Conselho Fiscal da Fundação António Aleixo no biénio 2025-2026: foi aprovado por maioria com 28 votos a favor, 2 contra e 5 brancos.

O Presidente da AML disse: Antes de passar à leitura da ata minuta, dizer que amanhã pelas 14 horas, o Grupo de Trabalho das Freguesias, nomeadamente sobre o assunto da desagregação das freguesias, estará reunido e é provável que haja já um forte avanço sobre a questão da desagregação das freguesias.

O Presidente da Assembleia passou à leitura da ata minuta referente à sessão de hoje.

O Presidente da Assembleia Municipal de Loulé, Carlos Jorge Santos Silva Gomes, ao abrigo da legislação faz público na continuação da Reunião Ordinária de 13 de dezembro de 2024 realizada em 16 de dezembro de 2024 e aprovada em minuta, a Assembleia tomou as seguintes deliberações:

f) - Proposta 2113-2024 [DAF] - Projeto de Alteração do Regulamento e Tabela de Taxas e Licenças da Câmara Municipal de Loulé: foi aprovada por maioria com 32 votos a favor, 21 do PS, 7 do PSD, 2 do CHEGA, 1 do CDS, e 1 do PAN, e com 2 abstenções, 1 do BE, e 1 da CDU;

g) - Proposta 2142-2024 [GAF] - 4ª Alteração ao Contrato Interadministrativo relativo à transferência de verbas para a Junta de Freguesia de São Sebastião no valor de 193.682,48€: foi aprovado por unanimidade, com 34 votos;

h) - Proposta 2157-2024 [DP] - Procedimento de Adoção de Normas Provisórias Quarteira Nascente no âmbito do processo de Revisão do Plano Diretor Municipal de Loulé, aprovar o relatório de ponderação de discussão pública propor à Assembleia Municipal a aprovação do projeto de Regulamento das Normas Provisórias Quarteira Nascente no âmbito do processo de revisão do PDM de Loulé: a proposta foi aprovada



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

por maioria com 24 votos a favor, 21 votos do PS, 1 do BE, 1 do CDS e 1 do PAN e com 10 abstenções, 7 do PSD, 2 do CHEGA e 1 do CDS;

i) - Proposta 2178-2024 [UOSJ] - Aprovar e submeter à apreciação a votação da Assembleia Municipal a Aquisição do prédio rústico situado em Amada ou Santa Luzia Freguesia de São Clemente, concelho de Loulé inscrito na respetiva matriz predial pelo preço 1.250.000,00€: foi aprovada por maioria com 29 votos a favor, 21 do PS, 7 do PSD, 1 do CDS e 5 abstenções, 2 do CHEGA, 1 do BE, 1 da CDU e 1 do PAN;

j) - Proposta 1800-2024 [UOSJ] - Proposta de 2ª Adenda ao Contrato de Comodato celebrado a 14 de março de 2022 entre o Município de Loulé e o Centro Académico de Investigação e Informação Biomédica do Algarve, ABC - Algarve Biomedical Center: foi aprovada com 26 votos a favor, 22 do PS, 2 do CHEGA, 1 do BE e 1 do PAN, e 8 abstenções, 7 do PSD e 1 do CDS;

k) - proposta 2173-2024 - Área de Reabilitação Urbana do Centro Histórico de Loulé foi retirada a pedido do Município;

A Proposta 17/2024 - Eleição de Vice-Presidente para o Conselho Fiscal da Fundação Antónia Aleixo, com o seguinte texto: Na sequência das eleições anteriores, a Mesa da Assembleia Municipal propõe que o elemento a integrar o Conselho Fiscal da Fundação António Aleixo no mandato compreendido entre 2025-2026 de acordo com o n.º 1 do artigo 18 dos Estatutos desta Fundação se mantenha o Deputado municipal eleito e se encontra em funções André Manuel Rodrigues Dias do PSD: foi aprovado por voto secreto com 28 votos a favor, 2 contra e 5 brancos.

A sessão foi encerrada pelas 23h36.

Loulé, 16 de dezembro de 2024. -----

Passou-se à votação: -----

A Ata Minuta foi colocada à votação e aprovada por unanimidade. -----

O Presidente da AML disse: Agradecendo a todos que tornaram possível a realização desta Assembleia, difusão da mesma aos cidadãos que nos acompanharam aqui e nas redes sociais, ao Executivo, aos Deputados e Deputadas da Assembleia, damos por concluída a nossa Assembleia de hoje. -----

Em meu nome e em nome de todos os Deputados e Deputadas, desta Assembleia, do Gabinete de Apoio, das tradutoras da Língua Gestual Portuguesa e todos os técnicos dos meios audiovisuais, votos de Boas Festas e que o próximo ano nos



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

surpreenda pela positiva, como sendo um ano de paz, prosperidade e solidariedade.
A todos muito obrigado. -----

O Presidente da Assembleia deu por terminada a sessão, e nada mais havendo a registar, foi lavrada a presente Ata cujos documentos anexos passam a fazer parte integrante, que depois de discutida e aprovada será assinada nos termos legais e regimentais. -----

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA *Silva*

O 1º SECRETÁRIO *Fernando Pêreira Marques*

A 2º SECRETÁRIA *Norber*